RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Prezados Acionistas,
A Administração da Brasiliana Participações S.A. ("Brasiliana Participações" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

PERFIL

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração de energia elétrica. Portanto, a geração de resultados bem como a continuidade operacional da Companhia acham-se diretamente vinculados à performance e continuidade operacional de suas controladas. Os principais riscos envolvendo a Companhia e suas controladas acham-se descritos na Nota 26 das Demonstrações Contábeis.
A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil S.A. ("AES Holdings Brasil"), conforme demostrado na tabela abaixo.

Estrutura Societária da Brasiliana Participações

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
AES Holding Brasil Ltda.	253.846.155	50,00%	6	0,00%	253.846.161	46,15%
BNDES Participações S.A. - BNDES	253.846.154	50,00%	42.307.693	100,00%	296.153.847	53,85%
Total	**507.692.309**	**100,00%**	**42.307.699**	**100,00%**	**550.000.008**	**100,00%**

Reorganização Societária

Em 12 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou mudança estratégica em seus negócios, com objetivo de reduzir sua exposição ao setor de distribuição de energia elétrica. Como consequência da revisão de sua estratégia, e, em função da controlada direta AES Serviços TC ("AES Serviços") ter como principal atividade a prestação de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, a Administração decidiu incluir o investimento nesta controlada como parte integrante da mudança estratégica aprovada. A Companhia passou então a adotar o tratamento contábil adequado à esta mudança estratégica, apresentando os ativos, passivos e resultado da controlada como operações descontinuadas.
No primeiro semestre de 2018, a Administração da Companhia considerou que a alienação do investimento na controlada AES Serviços, em até um ano a partir da data da classificação para operações descontinuadas, não mais se qualificava como altamente provável, e desta forma, adotou tratamento contábil adequado reapresentando os saldos de ativos, passivos e resultado da controlada AES Serviços em operações continuadas.

Controladas

AES Serviços TC ("AES Serviços")
A controlada AES Serviços vem envidando esforços e buscando alternativas para restaurar o equilíbrio financeiro e preservar a continuidade de suas operações. Com esse intuito, a Companhia protocolou o pedido de recuperação judicial da AES Serviços, o qual foi deferido em 03 de setembro de 2018 pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, que determinou a apresentação do plano de recuperação judicial pela AES Serviços no prazo de 60 dias corridos da data da publicação do despacho de deferimento da recuperação judicial (ocorrida em 18 de setembro de 2018) e nomeou a empresa ON BEHALF Auditores e Consultores Ltda. com seu administrador judicial. Em 22 de outubro de 2018, foi publicado o 1º edital de convocação de credores, abrindo prazo de 15 dias para que estes se manifestem quanto eventuais divergências e habilitações de créditos.
Em 06 de novembro de 2018, encerrou-se o prazo para apresentação de habilitações/divergências, ao Administrador Judicial, quanto a lista dos créditos inicialmente informada pela controlada AES Serviços. Em 19 de novembro de 2018, a controlada AES Serviços apresentou o plano de recuperação judicial.
O objetivo da Companhia ao apresentar o pedido de recuperação judicial foi o de, por meio da proteção proporcionada pela suspensão do vencimento de passivos preexistentes cumulada com a elaboração de um plano de recuperação para AES Serviços, viabilizar alternativas que permitam à administração da controlada equilibrar receitas, despesas e o passivo acumulado, de forma a criar condições que permitam a continuidade das atividades. A administração da Companhia vem direcionando esforços junto aos seus acionistas para execução do plano de recuperação judicial.
Durante o processo de recuperação judicial, objetiva-se que a AES Serviços mantenha normalmente seus negócios e suas atividades comerciais, operacionais e administrativas.

AES Elpa S.A. ("AES Elpa")
Em relação a controlada AES Elpa, em 08 de março de 2018, foi protocolado o pedido de registro de Oferta Pública de Aquisição de Ações ("OPA") junto à CVM, sendo esta deferida e aprovada pela CVM em 28 de junho de 2018. Tendo em vista que não houve oposição expressa por parte dos acionistas durante o período de manifestação, a Companhia deu prosseguimento aos atos necessários para o cancelamento de seu registro de companhia aberta perante a CVM. Em 05 de setembro de 2018, a CVM deferiu o cancelamento de registro de Companhia Aberta a AES Elpa e em 11 de setembro de 2018, a B3 - Brasil, Bolsa, Balcão deferiu o cancelamento da listagem das ações da AES Elpa na bolsa de valores. Por fim, conforme anunciado em fato relevante publicado em 10 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu o processo de resgate da totalidade das ações de emissão da AES Elpa que remanesceram em circulação após o leilão da OPA, realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão em 6 de agosto de 2018 ("Leilão da OPA"), com o respectivo e posterior cancelamento ("Resgate de Ações"). O pagamento do preço do resgate ocorreu em 21 de dezembro de 2018 ("Data do Pagamento de Resgate") pelo valor de R$0,01 por ação de emissão da AES Elpa ("Preço de Resgate"). O Preço de Resgate correspondente ao preço por ação pago no Leilão da OPA (isto é, R$0,01), ajustado pela Taxa SELIC acumulada, *pro rata temporis*, desde o dia 9 de agosto de 2018 até a Data do Pagamento do Resgate.

AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. ("AES Uruguaiana")
Devido à interrupção no fornecimento de gás natural, em abril de 2009, a AES Uruguaiana interrompeu sua operação e iniciou o programa de manutenção e conservação da usina ("hibernação"). Essa decisão foi tomada visando à redução de custos e a preparação da usina para uma possível retomada de atividades no futuro, em havendo disponibilidade de gás.
Em 2013 e 2014 a usina operou em caráter emergencial autorizada pelo Governo Federal, com uma geração líquida de 238,7 GWh e 322,1 GWh respectivamente. Em 2015, através da Portaria nº 28/2015, o Ministério de Minas e Energia, por intermédio do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico ("CMSE") reconheceu a necessidade de geração de energia pela AES Uruguaiana em caráter extraordinário e temporário, dada a importância desta para o atendimento ao Estado do Rio Grande do Sul, à Região Sul e ao Sistema Interligado Nacional ("SIN"). Em 2015 a usina registrou uma geração líquida de 821,2 GWh em 2015, valor 155% superior ao registrado no ano anterior (322,1 GWh).
Desde 2016 a usina da AES Uruguaiana se mantém em condições de hibernação, permanecendo com suas atividades paralisadas em função da indisponibilidade de gás natural.

EFICIÊNCIA ECONÔMICA/FINANCEIRA

Desempenho Econômico - Financeiro

Resultados - R$ milhões	Consolidado 2017	Consolidado 2018
Receita Líquida	72,3	44,3
Custos Operacionais*	114,5	-57,0
Resultado Bruto	161,1	-36,9
Ebitda	186,8	-12,7
Resultado Financeiro	14,9	-40,9
Resultado antes da Tributação	175,9	-77,8
Lucro Líquido do Exercício	**127,0**	**-84,2**

*Exclui Depreciação e Amortização
A Brasiliana Participações registrou um prejuízo de R$ 84,2 milhões em 2018 versus um lucro de R$ 126,9 milhões em 2017, especialmente, pelos efeitos:

AES Uruguaiana
A AES Uruguaiana permaneceu inoperante durante o exercício de 2018, auferindo um prejuízo de R$ 59,8 milhões vs. um lucro de R$ 126,0 milhões em 2017. O resultado de 2018 é explicado principalmente pela despesa financeira oriunda de atualização monetária de processos judiciais, processos estes relacionados às transações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE") no período de dezembro de 2000 a março de 2002 - processo MAE/CCEE.
Relacionado ao processo MAE/CCEE acima mencionado, em novembro de 2018, a Companhia possuía saldo de contas a pagar por compra de energia de R$ 70,9 milhões e saldo de contas a receber por venda de energia no montante de R$ 33,1 milhões, decorrentes de transações ocorridas na CCEE no período de dezembro de 2000 a março de 2002, sendo tais saldos apurados sem correção monetária. Além da correção monetária, essas transações estavam sujeitas a sofrer alterações e ajustes em decorrência das informações efetivas a serem divulgadas pela CCEE, pois dependiam de decisão de processos judiciais em andamento, movidos pela Companhia e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor no mesmo período.
Em novembro de 2018, o prognóstico do caso foi alterado para perda provável. Desta forma, os saldos de contas a receber e a pagar relativos as transações da CCEE foram reclassificadas para provisões para processos judiciais que, em 31 de dezembro de 2018, atualizados pela variação do IGPM passaram a totalizar R$ 85,6 milhões.

AES Elpa
A AES Elpa auferiu prejuízo de R$ 96,4 mil no exercício de 2018 versus R$ 154,1 mil em 2017, em função, principalmente, da Oferta Pública de Aquisição de Ações encerrada em 21 de dezembro de 2018, conforme detalhado acima.

AES Ergos
A AES Ergos registrou prejuízo de R$ 21,6 mil no exercício de 2018 versus R$ 1,6 mil em 2017, em função de efeito já explicado anteriormente.

Destinação de Resultados
Em virtude do prejuízo auferido em 2018 de R$ 84,2 milhões versus um lucro de R$127,0 milhões em 2017, não há saldo da base distribuível de dividendos do ano, conforme demonstrado a seguir:

Dividendos (R$ milhões)	
(Prejuízo)/Lucro do Exercício - 31 de dezembro de 2018	-84,2
Base para distribuição de dividendos	-84,2
Absorção de prejuízo com reserva de lucros	57,7
Saldo remanescente	**-26,5**
Dividendos de exercícios anteriores (R$ milhões)	
Destinação do exercício de 2017	30,2

Remuneração da Alta Administração

A remuneração global dos administradores para os exercícios de 2018 e 2017 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2018.
A remuneração global dos administradores para os exercícios de 2018 e 2017 da Companhia e de suas controladas não foi aprovada em sede de reunião prévia, nos termos do Acordo de Acionistas da Brasiliana Participações S.A., uma vez que a Companhia entende que as referidas propostas são compatíveis com a média praticada pelo mercado, o assunto não demanda aprovação em sede de reunião prévia do referido Acordo de Acionistas.

AUDITORIA INDEPENDENTE

Ao longo do exercício de 2018, a Brasiliana Participações utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S ("EY"). Em 2018, os serviços prestados pela EY foram: (i) Auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018; (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018; (iii) auditoria das demonstrações financeiras intermediárias especificadas relativas aos exercícios findos em 30 de abril de 2018 e 31 de outubro de 2018, com a finalidade específica atender as instruções de auditoria enviada pelos auditores independentes do acionista BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"); e (iv) auditar os relatórios específicos (*Reporting Package*), preparados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos os Estados Unidos da América relativos ao exercício social de 2018.
O valor total dos serviços acima descritos totaliza R$ 95.447,00 (noventa e cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete reais). Os serviços acima possuem prazo de contratação de um ano.
A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima não afetam a independência e objetividade da EY, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.
Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

São Paulo, 15 de março de 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Notas	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	61	44	530	115
Investimentos de curto prazo	4	70.179	43.623	176.978	228.612
Contas a receber	5	–	–	2.246	561
Contas a receber de partes relacionadas	25	3.368	–	–	–
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	2.268	1.983	9.726	23.985
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	25	4.389	88.459	–	–
Outros ativos circulantes	8	1.785	1.029	3.031	23.111
Almoxarifado		–	–	654	–
Ativos de operações descontinuadas	1.2	–	–	–	25.421
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		**82.050**	**135.138**	**193.165**	**301.805**
ATIVO					
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber por venda de energia - CCEE	5	–	–	–	33.121
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	–	–	18.364	–
Cauções e depósitos vinculados	15	43.985	42.180	72.432	67.862
Outros ativos não circulantes	8	2.519	28	6.689	2.879
Investimento	9	40.804	101.712	–	–
Imobilizado, líquido	10	–	–	5.762	95
Intangível, líquido		–	–	9	–
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		**87.308**	**143.920**	**103.256**	**103.957**
TOTAL DO ATIVO		**169.358**	**279.058**	**296.421**	**405.762**

	Notas	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	11	2.314	175	13.253	1.292
Arrendamento financeiro		–	–	1.007	–
Tributos e contribuições sociais a pagar	12	16	12	925	96
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	30.160	80.143	30.193	80.176
Obrigações sociais e trabalhistas	13	14	5	3.509	917
Provisões para processos judiciais e outros	15	–	–	606	99
Receita diferida	17	–	–	1.311	–
Outras obrigações	14	–	–	7.344	3.901
Passivos de operações descontinuadas	1.2	–	–	–	24.059
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		**32.504**	**80.335**	**58.148**	**110.540**
PASSIVO					
NÃO CIRCULANTE					
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	16	–	–	–	70.887
Arrendamento financeiro		–	–	879	–
Provisão para processos judiciais e outros	15	43.405	41.612	156.452	66.296
Obrigações sociais e trabalhistas	13	–	–	49	34
Receita diferida	17	–	–	6.338	–
Outras obrigações	14	–	–	2.029	1.290
Provisão para patrimônio líquido negativo da controlada	9	21.318	730	–	–
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**64.723**	**42.342**	**165.747**	**138.507**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado	18.1	111.810	51.490	111.810	51.490
Reservas de capital	18.3	(13.168)	(13.158)	(13.168)	(13.158)
Reservas de lucros:					
- Legal	18.3	–	7.735	–	7.735
- Estatutária	18.3	–	13.223	–	13.223
- Lucros a realizar	18.3	–	6.611	–	6.611
- Reserva especial para dividendos não distribuídos	18.3	–	30.160	–	30.160
Aumento de capital proposto	18.1	–	60.320	–	60.320
Prejuízos acumulados	19	(26.511)	–	(26.511)	–
Subtotal		**72.131**	**156.381**	**72.131**	**156.381**
Participação de acionistas não controladores		–	–	395	334
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**72.131**	**156.381**	**72.526**	**156.715**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**169.358**	**279.058**	**296.421**	**405.762**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Descrição	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros: Reserva legal	Reservas de Lucros: Reserva estatutária	Reservas de Lucros: Lucros a realizar	Reservas de Lucros: Reserva de dividendos não distribuídos	Aumento de capital proposto	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas da Companhia	Participação de acionista não controlador	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**42.480**	**3.649**	**1.386**	**13.223**	**6.611**	**–**	**–**	**–**	**67.349**	**565**	**67.914**
Resultado abrangente total:												
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	126.989	126.989	1	126.990
Transações com os acionistas:												
Remuneração com base em ações das controladas		–	–	–	–	–	–	–	–	–	55	55
Aumento de capital social		9.010	–	–	–	–	–	–	–	9.010	–	9.010
Dividendo mínimo obrigatório		–	–	–	–	–	–	–	(30.160)	(30.160)	–	(30.160)
Constituição de reserva de dividendos não distribuídos		–	–	–	–	–	30.160	–	(30.160)	–	–	–
Mutações internas do patrimônio líquido:												
Recompra de ações - direito de retirada da controlada AES Elpa	18.3	–	(16.807)	–	–	–	–	–	–	(16.807)	(298)	(17.105)
Alteração de participação societária na controlada AES Elpa		–	–	–	–	–	–	–	–	–	11	11
Constituição de reserva legal	19	–	–	6.349	–	–	–	–	(6.349)	–	–	–
Aumento de capital proposto	18.1	–	–	–	–	–	–	60.320	(60.320)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**51.490**	**(13.158)**	**7.735**	**13.223**	**6.611**	**30.160**	**60.320**	**–**	**156.381**	**334**	**156.715**
Resultado abrangente total:												
Prejuízo líquido do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	(84.241)	(84.241)	(1)	(84.242)
Transações com os acionistas:												
Remuneração com base em ações das controladas		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	–	62	62
Mutações internas do patrimônio líquido:												
Aumento de capital proposto	18.1	60.320	–	–	–	–	–	(60.320)	–	–	–	–
Alteração de participação societária na controlada AES Elpa		–	(10)	–	–	–	–	–	–	(10)	–	(10)
Absorção de prejuízos do exercício	19	–	–	(7.735)	(13.223)	(6.611)	(30.160)	–	57.730	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**111.810**	**(13.168)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(26.511)**	**72.131**	**395**	**72.526**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

Brasiliana Participações S.A. e Controladas

CNPJ 08.773.191/0001-36
Companhia Aberta

continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
			Reapresentado		Reapresentado
	Notas	2018	2017	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	–	–	44.290	72.323
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custo com energia elétrica/gás					
Energia elétrica comprada para revenda		–	–	(8.522)	(3.141)
Taxa de fiscalização		–	–	(1.639)	(1.636)
Custo de operação					
Pessoal e administradores		(473)	(151)	(36.608)	(52.198)
Serviços de terceiros		(1.607)	717	(16.624)	(28.283)
Material		–	–	(5.058)	(8.024)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		–	–	(509)	(2.579)
Provisão para redução ao provável valor de realização	10.2	–	–	(3.666)	–
Reversão da provisão para redução ao provável valor de realização		–	–	22.885	23.664
Depreciação e amortização		–	–	(24.186)	(25.744)
Outras receitas e despesas operacionais	22	(55)	(119)	(7.272)	186.706
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		**(2.135)**	**447**	**(81.199)**	**88.765**
(PREJUÍZO)/LUCRO BRUTO		**(2.135)**	**447**	**(36.909)**	**161.088**
Resultado de equivalência patrimonial	9	(81.484)	124.530	–	–
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	3.275	6.421	15.925	25.409
Despesas financeiras	23	(3.897)	(4.409)	(56.980)	(10.260)
Variações cambiais, líquidas	23	–	–	135	(294)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		**(622)**	**2.012**	**(40.920)**	**14.855**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		**(84.241)**	**126.989**	**(77.829)**	**175.943**
Contribuição social	24	–	–	–	(4.862)
Imposto de renda	24	–	–	–	(13.436)
Contribuição social diferida	24	–	–	(1.698)	(8.114)
Imposto de renda diferido	24	–	–	(4.715)	(22.541)
TOTAL DOS TRIBUTOS		**–**	**–**	**(6.413)**	**(48.953)**
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(84.241)**	**126.989**	**(84.242)**	**126.990**
Atribuído a acionistas controladores		**(84.241)**	**126.989**	**(84.241)**	**126.989**
Atribuído a acionistas não controladores		**–**	**–**	**(1)**	**1**
Resultado por ação básico e diluído					
Por ação ordinária		(0,15317)	0,23089	(0,15317)	0,23089
Por ação preferencial		(0,15317)	0,23089	(0,15317)	0,23089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(84.241)**	**126.989**	**(84.242)**	**126.990**
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	**(84.241)**	**126.989**	**(84.242)**	**126.990**
Atribuído a quotistas da empresa controladora			**(84.241)**	**126.989**
Atribuído a acionistas não controladores			**(1)**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Descrição	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado		Reapresentado
	2018	2017	2018	2017
Atividades operacionais:				
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício nas operações em continuidade	(84.241)	126.989	(84.242)	126.990
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	–	–	22.321	25.744
Variação monetária/Cambial	(51)	(92)	46.515	(329)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	160	313	1.480	4.128
Custo de empréstimos (arrendamento financeiro)	–	–	294	107
Juros sobre empréstimos partes relacionadas	(155)	–	–	–
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(1.494)	(3.694)	(11.630)	(20.765)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	–	–	2.374	11
Resultado da equivalência patrimonial	81.484	(124.530)	–	–
Provisão (Reversão) para redução ao provável valor de realização	–	–	(19.219)	(23.664)
Tributos e contribuições sociais diferidos	–	–	6.413	30.654
Ações e opções de ações outorgadas	–	–	56	57
Redução (aumento) dos ativos:				
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	56	44	918	18.231
Outros tributos compensáveis	–	–	1.285	(1.144)
Contas a receber	–	–	(974)	5.505
Outros créditos	–	–	19.087	361
Contas a receber partes relacionadas	–	–	–	6.012
Despesas pagas antecipadamente	(3.247)	(30)	(2.260)	(3.007)
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	2.139	(3.680)	9.989	(2.446)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	–	–	–	55
Outros tributos a pagar	4	(7)	602	181
Obrigações sociais e trabalhistas	9	5	(1.868)	(514)
Encargos setoriais	–	–	(2.570)	784
Repasse seguro - conta de energia	–	–	–	(4.986)
Receita diferida	–	–	(1.310)	(4.830)
Outras obrigações	–	–	(16)	10
	(5.336)	**(4.682)**	**(12.757)**	**157.144**
Pagamento de processos judiciais e outros	–	–	(435)	(456)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(925)	(626)	(4.336)	(29.590)
Dividendos recebidos	84.070	–	–	–
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	4.970	2.258	23.713	9.221
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais	**82.779**	**(3.050)**	**6.186**	**136.319**
Atividades de investimentos:				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	–	–	(200)	(154)
Aplicações em investimentos de curto prazo	(99.428)	(31.101)	(294.875)	(329.231)
Resgates de investimentos de curto prazo	70.022	20.311	340.854	185.444
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(160)	(348)	(989)	(1.466)
Empréstimos partes relacionadas	(3.213)	–	–	–
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimentos	**(32.779)**	**(11.138)**	**44.790**	**(145.407)**
Atividades de financiamentos:				
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(49.983)	–	(49.983)	–
Recompra de ações - direito de retirada	–	–	–	(17.105)
Redução de capital social	–	–	(5)	–
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	–	–	(656)	(555)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	**(49.983)**	**–**	**(50.644)**	**(17.660)**
Variação no caixa líquido da Companhia	17	(14.188)	332	(26.748)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	44	14.232	115	26.946
Saldo de caixa de operações descontinuadas	–	–	83	(83)
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**61**	**44**	**530**	**115**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado		Reapresentado
	2018	2017	2018	2017
1. RECEITAS	**–**	**–**	**50.814**	**82.387**
Receita bruta de serviços	**–**	**–**	50.814	82.387
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(1.659)**	**603**	**(17.739)**	**169.950**
Materiais	–	–	(5.058)	(10.522)
Outras despesas operacionais	(52)	(114)	13.203	212.536
Custo da energia comprada e transmissão	–	–	(8.522)	(3.141)
Serviços de terceiros	(1.607)	717	(17.362)	(28.923)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	**(1.659)**	**603**	**33.075**	**252.337**
4. RETENÇÕES	**–**	**–**	**(24.186)**	**(25.744)**
Depreciação e amortização	–	–	(24.186)	(25.744)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDA DE	**(1.659)**	**603**	**8.889**	**226.593**
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**(78.209)**	**130.951**	**15.925**	**25.409**
Receitas financeiras	3.275	6.421	15.925	25.409
Resultado de participações societárias	(81.484)	124.530	–	–
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**(79.868)**	**131.554**	**24.814**	**252.002**
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**(79.868)**	**131.554**	**24.814**	**252.002**
Empregados (Colaboradores)	**394**	**126**	**32.235**	**45.392**
Salários e encargos	394	126	28.635	40.287
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	–	–	1.340	2.862
Benefícios	–	–	43	96
FGTS	–	–	2.217	2.147
Tributos (Governo)	**79**	**25**	**18.344**	**66.932**
Federais	**79**	**25**	**14.982**	**62.696**
Imposto de renda e contribuição social	–	–	6.413	48.953
COFINS	–	–	3.403	5.621
PIS	–	–	750	1.220
INSS	79	25	3.207	4.987
Encargos sociais - Outros	–	–	1.209	1.915
Estaduais	**–**	**–**	**86**	**4**
Outros	–	–	86	4
Municipais	**–**	**–**	**1.636**	**2.595**
ISS	–	–	1.632	2.580
IPTU	–	–	4	15
Encargos setoriais	**–**	**–**	**1.640**	**1.637**
Pesquisa e desenvolvimento	–	–	1	1
Taxa de fiscalização - ANEEL	–	–	1.639	1.636
Remuneração de capitais de terceiros	**3.900**	**4.414**	**58.477**	**12.688**
Juros	3.897	4.409	56.845	10.545
Aluguéis	3	5	1.632	2.143
Remuneração de capitais próprios	**(84.241)**	**126.989**	**(84.242)**	**126.990**
Dividendos	–	30.160	–	30.160
Lucros retidos	(84.241)	6.350	(84.241)	6.350
Reserva de dividendos não distribuídos	–	30.160	–	30.160
Aumento de capital proposto	–	60.319	–	60.319
Participação não controladores nos lucros retidos	–	–	(1)	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasiliana Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 16 de fevereiro de 2007, controlada diretamente pela AES Holdings Brasil Ltda., sendo esta, por sua vez, uma controlada da The AES Corporation. A Companhia exerce atualmente o controle acionário das seguintes empresas: AES Elpa S.A. ("AES Elpa"), AES Serviços TC Ltda. - Em recuperação judicial ("AES Serviços") e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. ("Uruguaiana" ou "Usina") mediante participação direta no capital dessas sociedades.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

Recuperação judicial - Controlada AES Serviços

A controlada AES Serviços, conforme previamente divulgado, vem envidando esforços e buscando alternativas para restaurar o equilíbrio financeiro e preservar a continuidade de suas operações. Com esse intuito a Companhia aprovou o ajuizamento do pedido de recuperação judicial da controlada AES Serviços, o que de fato ocorreu em 15 de agosto de 2018.

Em 03 de setembro de 2018, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo deferiu o processamento da recuperação judicial da controlada AES Serviços, determinando que a controlada AES Serviços apresente o plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias corridos da data da publicação do despacho de deferimento da recuperação judicial (o que ocorreu em 18 de setembro de 2018) e nomeando como administrador judicial a empresa ON BEHALF Auditores e Consultores Ltda. Em 22 de outubro de 2018, foi publicado o 1º edital de convocação de credores, abrindo prazo de 15 dias para que estes se manifestem quanto eventuais divergências e habilitações de créditos.

Em 06 de novembro de 2018, encerrou-se o prazo para apresentação de habilitações/divergências, ao Administrador Judicial, quanto a lista dos créditos inicialmente informada pela controlada AES Serviços.

Em 19 de novembro de 2018, a controlada AES Serviços protocolou nos autos do processo o plano de recuperação judicial.

Em 28 de janeiro de 2019, o edital contendo a relação dos credores do administrador judicial foi publicado no Diário Oficial que totalizou R$ 13.556.

Em 07 de fevereiro de 2019, a controlada AES Serviços apresentou impugnação ao crédito listado em favor de dois fornecedores que totalizam aproximadamente R$ 816.

O objetivo da Companhia ao apresentar o pedido de recuperação judicial foi o de, por meio da proteção proporcionada pela suspensão do vencimento de passivos preexistentes cumulada com a elaboração de um plano de recuperação para AES Serviços, viabilizar alternativas que permitam à administração da controlada equilibrar receitas, despesas e o passivo acumulado, de forma a criar condições que permitam a continuidade das atividades. A administração da Companhia vem direcionando esforços junto aos seus acionistas para execução do plano de recuperação judicial.

Durante o processo de recuperação judicial, objetiva-se que a controlada AES Serviços mantenha normalmente seus negócios e suas atividades comerciais, operacionais e administrativas.

1.1 Reorganizações societárias

1.1.1 AES Elpa

Em 30 de dezembro de 2016, foi concluído o processo de reorganização societária envolvendo a Companhia, sua controlada AES Elpa S.A. e antiga controlada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"). A Reorganização foi realizada por meio das cisões parciais da Companhia e da AES Elpa com a incorporação dos respectivos acervos cindidos pela Eletropaulo, de forma que os acionistas da Companhia (AES Holdings Brasil Ltda. e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR), e da AES Elpa passaram a deter participação direta na Eletropaulo. Após a cisão parcial, a Companhia deixou de possuir qualquer participação na Eletropaulo.

A Reorganização não implicou na alteração do acionista controlador direto da Companhia, o qual continua sendo a AES Holdings Brasil Ltda.

Informações detalhadas sobre a reorganização societária foram divulgadas na nota explicativa nº 1 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

1.2 Operações descontinuadas

Em 08 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou mudança estratégica em seus negócios, com objetivo de reduzir sua exposição ao setor de distribuição de energia elétrica. Como consequência da revisão de sua estratégia, e em função de a controlada direta AES Serviços ter como principal atividade a prestação de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, a Administração decidiu incluir o investimento nesta controlada como parte integrante da mudança estratégica aprovada.

Desta forma, considerando o cenário da mudança de estratégia da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia adotou o tratamento contábil adequado à esta transação, e apresentou os ativos, passivos e resultado da controlada AES Serviços como operações descontinuadas.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2018, a administração da Companhia considerou que a alienação do investimento na controlada AES Serviços em até um ano a partir da data da classificação para operações descontinuadas não mais se qualifica como altamente provável, e desta forma, adotou tratamento contábil adequado reapresentando os saldos de resultado da controlada AES Serviços em operações continuadas. Esse mesmo tratamento contábil está sendo adotado quando da elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018. Conforme mencionado na Nota 1, em 03 de setembro de 2018 a controlada AES Serviços entrou formalmente em regime de recuperação judicial.

1.2.1 Reapresentação de saldos comparativos

As reapresentações de saldos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 referem-se exclusivamente ao resultado da controlada AES Servicos.

	Consolidado		
	2017	Reapresentações	Reapresentado
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**(2.138)**	**74.461**	**72.323**
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo com energia elétrica/gás			
Energia elétrica comprada para revenda	(3.141)	–	(3.141)
Taxa de fiscalização	(1.636)	–	(1.636)
Custo de operação			
Pessoal e administradores	(3.380)	(48.818)	(52.198)
Entidade de previdência privada	(9)	9	–
Serviços de terceiros	(17.723)	(10.560)	(28.283)
Material	(1.308)	(6.716)	(8.024)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(142)	(2.437)	(2.579)
Reversão da provisão para redução ao provável valor de realização	23.664	–	23.664
Depreciação e amortização	(23.664)	(2.080)	(25.744)
Outras despesas operacionais	189.437	(2.731)	186.706
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	**162.098**	**(73.333)**	**88.765**
LUCRO BRUTO	**159.960**	**1.128**	**161.088**
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	–
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	25.139	270	25.409
Despesas financeiras	(7.666)	(2.594)	(10.260)
Variações cambiais, líquidas	(40)	(254)	(294)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	**17.433**	**(2.578)**	**14.855**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**177.393**	**(1.450)**	**175.943**
Contribuição social	(4.770)	(92)	(4.862)
Imposto de renda	(13.203)	(233)	(13.436)
Contribuição social diferida	(8.156)	42	(8.114)
Imposto de renda diferido	(22.657)	116	(22.541)
TOTAL DOS TRIBUTOS	**(48.786)**	**(167)**	**(48.953)**
LUCRO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	**128.607**	**(1.617)**	**126.990**
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	(1.617)	1.617	–
TOTAL DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	**(1.617)**	**1.617**	**–**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**126.990**	**–**	**126.990**
Atribuído a acionistas controladores	**126.989**	**–**	**126.989**
Atribuído a acionistas não controladores	**1**	**–**	**1**
Resultado por ação básico e diluído			
Por ação ordinária	0,23089	**–**	0,23089
Por ação preferencial	0,23089	**–**	0,23089

1.3 Dados sobre subsidiárias

1.3.1 Geração de energia

AES Uruguaiana S.A. - A Companhia detém o controle direto da Uruguaiana, uma companhia de capital fechado, de direito privado, sediada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, e tem por objeto social a produção e a comercialização de energia termoelétrica e as atividades relacionadas a esse objeto, tais como a instalação e implantação de projetos de produção independente de energia, a operação e manutenção de usinas termoelétricas, obras e edificações correlatas e a compra e importação de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A controlada Uruguaiana está autorizada a funcionar como Produtora Independente de Energia Elétrica por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 180. A autorização tem prazo de 30 anos, contados a partir de 26 de junho de 1997.

A controlada Uruguaiana foi vencedora do processo licitatório realizado pela Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE por meio do Edital de Concorrência Internacional nº CEEE/96-8187, cujo objeto era a aquisição de potência e energia elétrica pela CEEE. Para satisfazer o objeto da licitação, a controlada Uruguaiana responsabilizou-se pela realização e implantação do conjunto de obras integrado pela usina térmica movida a gás natural, em ciclo combinado. Seu parque gerador é composto por uma usina termoelétrica com capacidade instalada bruta de 639,9 MW (megawats), sendo duas turbinas a gás com capacidade de 187,65 MW cada e uma turbina a vapor com capacidade de 264,60 MW.

Condições de operação da usina

Desde 2004, a controlada Uruguaiana tem enfrentado problemas com fornecimento de gás importado da Argentina junto a um único fornecedor, a Yacimientos Petrolíferos y Fiscales S.A. ("YPF"), em razão desta ter priorizado seu mercado interno e deixado, por longos períodos, de atender de forma contínua ao contrato para atendimento da Usina. Desde então, a operação e a rentabilidade da Usina ficaram fragilizadas. O cenário agravou-se em maio de 2008, com a interrupção total do fornecimento de gás à controlada Uruguaiana por parte desse fornecedor.

Para que pudesse honrar os compromissos contratuais com as distribuidoras de energia elétrica, a controlada Uruguaiana foi obrigada a comprar energia a um custo, por vezes, maior e sem possibilidade de repasse no preço cobrado às distribuidoras, desencadeando sua significativa deterioração econômico-financeira.

A controlada Uruguaiana envidou esforços na busca por alternativas que pudessem viabilizar a continuidade das suas operações, mas nenhuma delas teve êxito. Durante o ano de 2009, foram reduzidos todos os contratos de energia com distribuidoras, e alterado seu término para 30 de dezembro de 2009, mediante o reconhecimento de exposição involuntária das distribuidoras, concedida pela ANEEL, e reconhecimento da impossibilidade de manutenção dos referidos contratos.

Todos os acontecimentos determinaram a paralisação das atividades operacionais (hibernação) da Usina a partir de 01 de abril de 2009. A partir dessa data estão sendo realizadas somente as manutenções necessárias para que a planta possa ainda retornar à sua operação normal.

Durante os meses de fevereiro e março de 2013, março a maio de 2014 e fevereiro a maio de 2015 a Usina operou em caráter emergencial, autorizada pelo governo federal. A receita pela energia produzida neste período foi auferida por meio de liquidação no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Encargo de Serviços do Sistema (ESS). O preço de venda por MWh da energia produzida foi homologado pela ANEEL, baseando-se nos custos variáveis da controlada Uruguaiana.

A controlada Uruguaiana e a YPF formalizaram Contrato de Industrialização por Encomenda para Geração de Energia Elétrica para Exportação em 06 de janeiro de 2017 por meio do aceite pela YPF da carta oferta da controlada Uruguaiana com o referido contrato. A YPF se obriga a fornecer o Gás Natural, a ser importado pela controlada Uruguaiana, o qual não será pago, sendo somente transformado em energia elétrica. Após essa transformação, a energia elétrica resultante será entregue à YPF, prevendo que a controlada Uruguaiana deverá disponibilizar energia elétrica ao sistema argentino por no mínimo dois anos, podendo ser prorrogado por mais 3 anos. O referido contrato tem condições precedentes, para que a controlada Uruguaiana venha efetivamente auferir receita oriunda do mesmo. A controlada Uruguaiana obteve autorização de carregamento de gás emitido pela Agência Nacional do Petróleo - ANP em 30 de janeiro de 2017 e autorização do MME - Ministério de Minas e Energia, para exercer atividade de importação de gás, a qual foi concedida através da Portaria MME nº 277, publicada em 26 de julho de 2017. No entanto estão pendentes as seguintes condições precedentes (i) contrato de venda de energia elétrica entre a YPF e a entidade argentina CAMMESA; (ii) contratos de transporte de gás entre a controlada Uruguaiana e a Transportadora Sulbrasileira de Gás (TSB) e a distribuição de gás entre a controlada Uruguaiana e Sulgás; (iii) autorização para exportação de energia, que será concedida pelo MME quando a autoridade argentina requerer o despacho da usina de Uruguaiana para a Argentina, após existir o contrato entre a YPF e a CAMMESA. O contrato com a YPF compreende uma remuneração fixa pela disponibilidade da usina ao sistema elétrico argentino e uma remuneração em função do volume de energia gerado.

Baseada nos eventos descritos acima, a controlada Uruguaiana concluiu que, em razão dos ambientes econômico-financeiro e operacional atuais, não há indicativo para revisão da provisão para redução do provável valor de realização de ativos, registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, sendo mantida provisão para cobertura integral do ativo imobilizado.

A controlada Uruguaiana continua envidando esforços para buscar uma alternativa que viabilize a remuneração dos ativos da usina. A viabilização das operações depende de oportunidades e condições de demanda de Gás, principalmente do equacionamento do fornecimento de gás pela Argentina. Os planos da controlada Uruguaiana para este equacionamento no atual cenário estão focados em negociações acerca do Contrato de Importação de Gás com seu fornecedor, a YPF.

1.3.2 Prestadora de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica

AES Serviços TC Ltda. - Em recuperação judicial - A Companhia detém o controle direto da AES Serviços, que é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

A receita da controlada AES Serviços é atualmente atribuível a duas linhas de negócios:

- *Utilities* - serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, que em sua maioria são realizados com o cliente Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., dos quais vale destacar: (i) atendimento comercial, com interface especializada para canais presenciais de relacionamento (lojas de atendimento); (ii) modernização e manutenção de redes de distribuição de energia, incluindo serviços adicionais de poda e rebaixamento de árvores próximas a rede elétrica; (iii) serviços técnicos e comerciais, como regularização das ligações de energia para os consumidores da concessionária; (iv) execução de projetos de eficiência energética; (v) instalação de equipamento em redes inteligentes (Smart Grid), como medidores eletrônicos e equipamentos de comunicação para gerenciamento remoto destes medidores. Esta linha de serviços representou 89% da receita da controlada AES Serviços no exercício de 2018.
- *Transactions* - serviços relacionados à intermediação de arrecadação e publicidade na conta de energia da distribuidora. Esta de linha de serviços representou 11% da receita da controlada AES Serviços no exercício de 2018.

A controlada AES Serviços passou por uma reorganização de suas atividades operacionais, de forma que a linha de negócios de "*customer*", relacionada a novos negócios de soluções integradas de energia foram alocados para uma nova sociedade denominada AES Tietê Integra Ltda., controlada pela AES Tietê Energia S.A., sociedade sob controle comum à Companhia a partir de abril de 2017. Os contratos firmados antes do referido período continuam sendo executados pela controlada AES Serviços.

As linhas de negócios de "*utilities*", relacionados a serviços técnicos para distribuidoras de energia, e "*transactions*", relacionados à intermediação de serviços transacionais focados em cliente de distribuidora de energia elétrica, tais como arrecadação de valores e publicidade na fatura de energia elétrica, foram mantidas sob a responsabilidade da controlada AES Serviços.

Conforme mencionado anteriormente na nota explicativa 1.2, a controlada AES Serviços encontra-se em processo de Recuperação Judicial desde 15 de agosto de 2018.

Como parte dos esforços para viabilização do plano de recuperação judicial a administração da controlada AES Serviços está envidando esforços na renovação ou prospecção de novos serviços.

1.3.3 Holding

AES Elpa S.A. - A Companhia detém o controle da AES Elpa, que é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio com sede em Barueri, Estado de São Paulo.

Em 15 de agosto de 2017, a Companhia e a controlada AES Elpa divulgaram ao mercado fato relevante, informando que a Administração da Companhia estudava a possibilidade e conveniência de submeter à Comissão de Valores Mobiliários - CVM pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, em função do número reduzido de ações em circulação, da baixa liquidez das ações no mercado secundário e da ausência de operações após a recente reorganização societária que envolveu as Companhias e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"), nos termos da regulamentação aplicável e resguardados os direitos dos acionistas minoritários da controlada.

Em 01 de março de 2018, foi aprovada em Reunião de Diretoria da controladora a Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA). Dessa forma, conforme fato relevante divulgado em 08 de março de 2018, foi protocolizado o pedido de registro de OPA junto à CVM.

Os termos e condições aplicáveis à OPA estão descritos em detalhes no Edital da OPA.

Em 28 de junho de 2018, a OPA foi deferida e registrada pela CVM sob o nº CVM/SRE/OPA/CAN/2018/002 conforme fato relevante divulgado em 06 de julho de 2018.

A OPA (i) permaneceu válida pelo período de 31 dias, contados da data de divulgação do Fato Relevante de 06 de julho de 2018 e encerrou-se em 06 de agosto de 2018, data em que foi realizado o Leilão da OPA na B3; e (ii) foi intermediada pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., e teve por objeto a aquisição de até a totalidade das ações de emissão da controlada Elpa em circulação no mercado.

Como resultado do leilão, a controlada AES Elpa adquiriu 1 ação ordinária de emissão da mesma, pelo preço unitário de R$0,01 (preço por ação).

A liquidação financeira da ação adquirida no leilão ocorreu em 09 de agosto de 2018. Tendo em vista que não houve oposição expressa por parte dos acionistas representando pelo menos um terço das Ações em Circulação, a controlada AES Elpa deu prosseguimento aos atos necessários para o cancelamento de seu registro de companhia aberta perante a CVM.

Em 05 de setembro de 2018, a CVM deferiu o cancelamento de registro de companhia aberta à controlada AES Elpa e em 11 de setembro de 2018, a B3 - Brasil, Bolsa, Balcão deferiu o cancelamento da listagem das ações da controlada AES Elpa na bolsa de valores.

O Edital da OPA, o Laudo de Avaliação e o Formulário de Manifestação contendo as condições da OPA e todas as instruções para os acionistas encontram-se disponíveis nos endereços e sites publicados no fato relevante de 06 de julho de 2018.

Em 8 de outubro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o resgate de 543.313 ações ordinárias, as quais representavam a totalidade das ações de emissão da controlada AES Elpa que remanesceram em circulação após o leilão da OPA. Com o respectivo e posterior cancelamento das ações houve a redução do capital social da controlada AES Elpa.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 27 de fevereiro de 2019, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração e à análise do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de

continua

Brasiliana Participações S.A. e Controladas

CNPJ 08.773.191/0001-36
Companhia Aberta

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.
As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3, a controlada Uruguaiana mantém provisão integral para redução ao provável valor de recuperação do seu ativo imobilizado.

2.2 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Companhia adota políticas de gerenciamento de caixa com objetivo de minimizar o seu risco de liquidez. Contudo, como sua principal atividade é exercer o controle acionário de outras entidades, seu fluxo de caixa depende de dividendos recebidos de suas controladas. Caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seus acionistas.

- Controlada AES Elpa

Devido à reorganização societária mencionada na nota explicativa 1.1.1, a controlada AES Elpa deixou de possuir qualquer investimento em outras sociedades. Desta forma, a fonte de recebimento de caixa advinda de dividendos deixou de existir. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a controlada AES Elpa possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros. A Administração da controlada AES Elpa, tendo por base projeções de fluxo de caixa dos próximos doze meses e considerando o baixo nível de compromissos de curto prazo previstos e seu nível atual de disponibilidades, entende que não haverá insuficiência de caixa no curto prazo.

- Controlada Uruguaiana

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3, a controlada Uruguaiana continua envidando esforços para buscar alternativas que viabilizem a remuneração dos ativos da Usina.
Em 2017, a controlada Uruguaiana celebrou contrato com a YPF, no qual será remunerada tanto pela disponibilidade quanto pela geração de energia elétrica por encomenda. O referido contrato possui condições precedentes, as quais quando satisfeitas, permitirão, caso haja demanda de energia pela YPF, a controlada Uruguaiana auferir receita oriunda deste contrato.

- Controlada AES Serviços

Devido à piora do cenário econômico, assim como à perda de competitividade no mercado em que atua e ao alto custo de operação, a controlada AES Serviços vem apresentando deterioração de sua situação financeira e acumulando prejuízos, apresentando patrimônio líquido negativo em 31 de dezembro de 2018. O desequilíbrio financeiro entre a geração de caixa e suas obrigações vem afetando diretamente sua liquidez e capital de giro, para o que a administração AES Serviços tem buscado alternativas para restaurar o equilíbrio, e para preservar sua continuidade operacional, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A Companhia entende que a utilização da base de negócio em continuidade da controlada está adequada para elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018.

Sistema Empresas.Net

Nos quadros individuais e consolidados da "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido" do Sistema "Empresas.Net" utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a "Outros Resultados Abrangentes", e o aumento de capital proposto, embora não corresponda a "Reservas de Lucros", estão apresentados nas colunas com estas indicações, visto que não há opções mais apropriadas para as apresentações no referido quadro.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data-base dos balanços.

2.4 Critérios de consolidação

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.
O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes de acordo com as práticas do mercado.
As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.
As seguintes entidades são consideradas como controladas da Companhia e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		2018	2017
Participação direta:			
Elpa	*Holding*	100,00	99,42
AES Serviços	Serviços	100,00	100,00
Uruguaiana	Geração Termoelétrica	100,00	100,00

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos Financeiros

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.
Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica "investimentos de curto prazo".
Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve nenhuma alteração no valor justo.

(b) Contas a receber e outras contas a receber

Os saldos de contas a receber de clientes, são classificados como instrumentos financeiros "recebíveis". Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva ("custo amortizado") e podem ser reduzidos por ajustes de créditos de liquidação duvidosa.
Os saldos de contas a receber incluem valores faturados, referentes aos serviços de distribuição e venda de energia elétrica. Incluem ainda os saldos referentes ao uso do sistema de distribuição por clientes livres e de energia vendida no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(c) Cauções e depósitos vinculados

São registrados inicialmente pelo montante depositado e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, os quais são reconhecidos no resultado financeiro.

(d) Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Conforme descrito na nota explicativa nº 26.1, são classificados como fornecedores, contas a pagar por compra de energia - CCEE, Empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, Subvenções governamentais, Encargos setoriais e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar como passivos financeiros. Todos os passivos financeiros estão reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

3.2 Imobilizado

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.
A depreciação é calculada pelo método linear, por componente. Esta taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data-base de 31 de dezembro de 2018. Na medida em que a depreciação é registrada contra o resultado do exercício, a provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes também é revertida contra o resultado do exercício, tornando-se nulo o efeito no resultado.
Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pelas controladas (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados ou amortizados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor.
O resultado na alienação é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo líquido da respectiva depreciação acumulada e é reconhecido no resultado do exercício.
Na controlada Uruguaiana, conforme comentado na nota explicativa nº 1.3, o ativo imobilizado encontra-se integralmente provisionado, sem uma previsão de reversão ao seu valor de custo.
Na controlada AES Serviços, conforme mencionado na nota explicativa nº 10.2, o ativo imobilizado encontra-se parcialmente provisionado.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou longa duração (ativo imobilizado)

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, exceto quanto aos ativos imobilizados das controladas Uruguaiana e a AES Serviços, não foi identificado nenhum outro evento, através de informações extraídas de fontes internas e externas, indicando a existência de eventuais perdas por redução ao provável valor recuperável dos ativos.
O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custo para venda.
Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor de uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC).
Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.
Na controlada Uruguaiana, conforme comentado na nota explicativa nº 1.3, o ativo imobilizado encontra-se integralmente provisionado, sem uma previsão de reversão ao seu valor de custo.
Na controlada AES Serviços, conforme mencionado na nota explicativa nº 10.2, o ativo imobilizado encontra-se parcialmente provisionado.

3.4 Contratos de arrendamento

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia e suas controladas (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.
Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com a duração prevista do contrato de arrendamento.

3.5 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da controladora (individuais).
De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas coligadas.
A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das coligadas.
As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas na mesma data-base que as da Companhia.
Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer provisão ao provável valor de recuperação ou provisão para valor de patrimônio negativo sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

3.6 Provisões para processos judiciais

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado.
A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

3.7 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:
- Programa de Integração Social (PIS) -1,65% (regime não cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6% (regime não cumulativo);

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R$240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.
A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e as bases fiscais de ativos e passivos.
Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.
A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em exercício inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia e suas controladas.
Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia e suas controladas reconhecem um acréscimo no imposto diferido ativo proporcionalmente a esses lucros.
Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.
Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.
Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos por entidade em razão de os impostos diferidos serem relacionados somente aquela entidade e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

3.9 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.10 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante, se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.

3.11 Distribuição de dividendos

Os dividendos aprovados para serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.
O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 50% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.
Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra no passivo circulante o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social, ao passo que registra a proposta da Administração da Companhia de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório como "proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.
A Companhia e suas controladas podem distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.
Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "lucros acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.
A política de distribuição dos dividendos e juros sobre capital próprio das Companhias controladas seguem as mesmas diretrizes da Companhia, considerando os dividendos mínimos estipulados nos estatutos sociais de cada controlada.

3.12 Reconhecimento da receita

A receita de venda e a receita de serviços incluem somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia e suas controladas. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica prestado pela controlada Uruguaiana é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva pelo prazo decorrido sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.13 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa a determinação dessas premissas e estimativas, o que pode resultar em um ajuste significativo no valor contábil do correspondente ativo ou passivo em períodos futuros, principalmente, devido a mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos.
As principais premissas e estimativas adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir.

(a) Vida útil dos bens do imobilizado

Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com o menor entre a sua vida útil econômica estimada, os critérios definidos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012 ou o prazo contratual do arrendamento mercantil.

(b) Perda por redução ao provável valor de recuperação de ativos não circulantes ou de longa duração

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1, o cálculo do valor justo menos os custos de vendas é baseado em informações disponíveis no mercado e o cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. A Administração da Companhia e suas controladas concluíram que não houve alteração no ambiente econômico-financeiro para possibilitar uma revisão dessa provisão (vide nota explicativa nº 1.3) para a controlada AES Uruguaiana, e após avaliação da administração em junho de 2018 foi reconhecida provisão para a controlada AES Serviços (vide nota explicativa 10.2).

(c) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.
Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

(d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.
O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.
Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados, estão descritos na nota explicativa nº 26.1.

(e) Provisão para litígios

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1, a Companhia e suas controladas reconhecem provisão para litígios quando é provável que haja uma saída de recursos.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, às eventuais mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

3.14 Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2019

As seguintes alterações de normas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas.
- IFRIC 23/ICPC 22: Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- IFRS 9: Alterações de Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa.
- IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil. Substitui o CPC 06 (R1)/IAS 17.
- CPC 18(R2): Alterações de Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.
- CPC 33/IAS 19: Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano.
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
Tipo de operação	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Numerário disponível	61	44	530	115
Total	**61**	**44**	**530**	**115**

Investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
Tipo de operação	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
CDB-DI	70.179	28.659	176.148	78.776
Operação compromissada	–	14.964	830	149.836
Total	**70.179**	**43.623**	**176.978**	**228.612**
Total geral	**70.240**	**43.667**	**177.508**	**228.727**

Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em média, no caso da Companhia a 99,50% do CDI (97,70 % em 31 de dezembro de 2017) e nas controladas variando de 78,72% a 98,78% do CDI (96,60% a 97,35% em 31 de dezembro de 2017).

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado			Consolidado		
	2018			2017		
	Saldos vincendos	Mais de 90 dias	Total	Saldos vincendos	Mais de 90 dias	Total
CIRCULANTE						
Venda de energia no curto prazo (i)	–	–	–	561	–	561
Eficiência energética	1.833	–	1.833	–	–	–
Seguros	413	–	413	–	–	–
Subtotal	**2.246**	**–**	**2.246**	**561**	**–**	**561**
NÃO CIRCULANTE						
Energia no curto prazo - CCEE - Nota nº 16	–	–	–	–	33.121	33.121
Subtotal	**–**	**–**	**–**	**–**	**33.121**	**33.121**
Total circulante e não circulante	**2.246**	**–**	**2.246**	**561**	**33.121**	**33.682**

(i) O saldo referia-se basicamente aos custos adicionais de operação de caráter emergencial incorridos pela controlada Uruguaiana em 2014 (vide nota explicativa nº 1.3) pendentes de ressarcimento. Em 11 de setembro de 2018, após análise, o órgão regulador determinou à controlada Uruguaiana o ressarcimento financeiro à conta Encargo de Serviço do Sistema - ESS (vide nota explicativa nº 21), desta forma o saldo a receber de R$ 513 foi revertido.

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
CIRCULANTE				
Imposto de renda	2.178	675	4.465	13.692
Contribuição social	17	15	299	4.186
Imposto de renda retido na fonte	73	1.293	4.345	5.554
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	–	–	213	–
COFINS	–	–	332	454
PIS	–	–	72	99
Total	**2.268**	**1.983**	**9.726**	**23.985**
NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda	–	–	13.891	–
Contribuição social	–	–	4.473	–
Total	**–**	**–**	**18.364**	**–**

A Companhia e suas controladas são tributadas pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL).
O saldo de imposto de renda e contribuição social compensáveis na Companhia, referem-se principalmente a créditos fiscais de anos anteriores. A Companhia e suas controladas, protocolaram pedidos de restituição junto à Receita Federal do Brasil e a realização desses ativos ocorrerá após o deferimento dos pedidos de restituição ou da sua compensação com outros débitos relativos a tributos federais por meio do sistema PER/DCOMP e, nos termos da Instrução Normativa RFB 1.717/2017.
Ao término do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a controlada Uruguaiana apurou lucro tributável de R$ 52.769. As antecipações de IRPJ e CSLL efetuadas durante o exercício de 2017, devido principalmente ao recebimento do acordo com a YPF, foram superiores aos valores apurados a recolher ao término do exercício. Dessa forma, os valores de antecipações efetuadas no exercício de 2017 referente a IRPJ e CSLL no montante de R$ 11.609 e R$ 4.171, respectivamente, tornaram-se créditos fiscais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os saldos atualizados de IRPJ no montante de R$13.891 e CSLL no montante de R$ 4.473 estão apresentados no ativo não circulante.

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

	Consolidado		
	Balanço Patrimonial		Resultado
	2018	2017	2018
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:			
Tributos ativos:			
Operações descontinuadas			
Provisão de benefício a empregados - PLR/Bônus	–	570	(570)
Provisão para materiais e serviços	–	563	(563)
Provisão para contingências - Trabalhistas/Fiscal	–	581	(581)
Prejuízo fiscal/base negativa	–	4.678	(4.678)
Outros	–	13	(13)
Total de operações descontinuadas	**–**	**6.404**	**(6.404)**
Tributos passivos:			
Operações em continuidade			
Atualização cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 14)	9	–	(9)
Passivo fiscal diferido, líquido	**9**	**–**	**(9)**
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos			**(6.413)**

Saldo dos tributos diferidos:	2018	2017
Tributos diferidos ativos	–	6.411
Tributos diferidos passivos (nota explicativa nº 14)	9	7
	9	**6.404**

Movimentação dos tributos diferidos	2018
	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**6.404**
Impacto no resultado	(6.413)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(9)**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro, contra o qual o prejuízo fiscal e/ou as diferenças temporárias possam ser utilizados.
Com base nas revisões das projeções de lucro e análises do histórico de lucro tributável, a administração da controlada AES Serviços decidiu reverter o ativo diferido constituído no decorrer de períodos anteriores no montante de R$ 6.413.
Considerando a reversão do saldo dos tributos diferidos ativos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o saldo de tributos diferidos está apresentado liquido no passivo no montante de R$ 9 (vide nota explicativa nº 14).

8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
CIRCULANTE				
Ressarcimento de manutenção (i)	–	–	–	21.085
Despesas pagas antecipadamente	1.785	1.029	2.876	1.993
Adiantamentos a empregados	–	–	109	11
Outros	–	–	46	22
Total	**1.785**	**1.029**	**3.031**	**23.111**
NÃO CIRCULANTE				
Despesas pagas antecipadamente	2.519	28	4.466	2.879
Restituições de impostos a receber	–	–	2.223	–
Total	**2.519**	**28**	**6.689**	**2.879**

(i) O Ministério de Minas e Energia, através da portaria nº 28 de 10 de fevereiro de 2015, estabeleceu que os custos de manutenção da unidade geradora a gás poderão ser recuperados por meio dos ESS (Encargo do Serviço do Sistema). Desta forma, a controlada Uruguaiana registrou um recebível em contrapartida a uma recuperação de custo em sua demonstração de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em 23 de dezembro de 2015, a controlada Uruguaiana protocolou seu pedido junto à ANEEL de ressarcimento dos referidos custos, os quais estavam sujeitos à auditoria e aprovação por parte do órgão regulador. Em 26 de maio de 2017, a ANEEL, por meio de ofício, solicitou a realização de auditoria dos custos incorridos para a execução das atividades de manutenção para fins de ressarcimento, a auditoria foi realizada e concluída em outubro de 2017.

Em 11 de setembro de 2018, a ANEEL, por meio da resolução autorizativa nº 7.287 autorizou o ressarcimento financeiro a controlada Uruguaiana no montante de R$ 23.154, que atualizado pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado entre os meses de janeiro de 2018 e a data da publicação da resolução, totalizam R$ 23.814. Em 10 de outubro de 2018, o ressarcimento foi efetuado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, via Encargos de Serviços do Sistema - ESS.

continua

Brasiliana Participações S.A. e Controladas

CNPJ 08.773.191/0001-36
Companhia Aberta

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	2018	2017
Participações societárias permanentes	40.804	101.712
Provisão para patrimônio líquido negativo de controlada	(21.318)	(730)
Total	**19.486**	**100.982**

Devido aos investimentos nas controladas AES Elpa e AES Serviços estarem negativos, os saldos foram apresentados para o passivo na rubrica Provisão para patrimônio líquido negativo de controladas.

Composição dos investimentos	AES Uruguaiana	AES Serviços	AES Elpa	Total
Participação direta				
31.12.2017	100,00%	100,00%	99,42%	
31.12.2018	100,00%	100,00%	100,00%	
Quantidade de ações ordinárias/quotas - 31.12.2017	1.015.222.738	29.172	93.404.112	
Percentual de participação em ações ordinárias/quotas - 31.12.2017	100%	100%	99,42%	
Quantidade de ações ordinárias/quotas - 31.12.2018	1.015.222.738	29.172	93.404.112	
Percentual de participação em ações ordinárias/quotas - 31.12.2018	100%	100%	100,00%	
Valor do capital social				
31.12.2017	27.144	29.172	8.396	
31.12.2018	73.417	29.172	8.391	
Patrimônio líquido				
31.12.2017	**100.561**	**1.151**	**(735)**	
% de participação	100,00%	100,00%	99,42%	
Saldo do investimento/(Provisão para patrimônio líquido negativo da controlada)	**100.561**	**1.151**	**(730)**	**100.982**
Patrimônio líquido				
31.12.2018	**40.804**	**(20.482)**	**(836)**	
% de participação	100,00%	100,00%	100,00%	
Saldo do investimento/(Provisão para patrimônio líquido negativo da controlada)	**40.804**	**(20.482)**	**(836)**	**19.486**
Resultado do exercício				
31.12.2018				
Prejuízo líquido das controladas no exercício	**(59.757)**	**(21.632)**	**(96)**	

Movimentação dos investimentos	AES Uruguaiana	AES Serviços	AES Elpa	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**100.561**	**1.151**	**(730)**	**100.982**
Equivalência patrimonial	(59.757)	(21.632)	(95)	(81.484)
Alteração de participação societária	–	–	(11)	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**40.804**	**(20.482)**	**(836)**	**19.486**

10. IMOBILIZADO

10.1 A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

		Consolidado	
Descrição	Taxa média anual de depreciação (%)	2018	2017
Em Serviço			
Custo histórico			
Terrenos		380	380
Termoelétrica		583.277	583.277
Peças sobressalentes (i)		154.868	154.868
Materiais em depósito		14.322	14.790
Máquinas e equipamentos		132	–
Veículos		11.678	266
Móveis e utensílios		8.727	8.527
Arrendamento financeiro (ii)		4.283	–
Total custo histórico		**777.667**	**762.108**
Depreciação			
Termoelétrica	3,2	(417.400)	(395.165)
Peças sobressalentes (i)	–	(21.651)	(21.651)
Máquinas e equipamentos	6,0	(124)	–
Veículos	14,3	(4.351)	(241)
Móveis e utensílios	6,6	(8.302)	(8.070)
Arrendamento financeiro	25,0	(2.384)	–
Total depreciação		**(454.212)**	**(425.127)**
Total em serviço		**323.455**	**336.981**
Imobilizado em curso		269	295
Total imobilizado		**323.724**	**337.276**
(–) Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos (iii)		(317.962)	(337.181)
Imobilizado, líquido da provisão		**5.762**	**95**

(i) Representam o estoque de manutenção de peças estratégicas das turbinas a gás da controlada Uruguaiana, necessário devido ao longo período de reparo destas peças, evitando riscos de paralisação das operações das turbinas, no caso de operação normal da Usina. A controlada Uruguaiana paralisou a depreciação desses itens em consequência de a mesma ocorrer em função das horas de uso e de estarem integralmente provisionadas.

(ii) Os bens do ativo imobilizado classificados como arrendamento mercantil financeiro referem-se basicamente a veículos e equipamentos de informática.

(iii) O imobilizado da controlada Uruguaiana encontra-se integralmente provisionado (provisão para redução ao provável valor de realização de ativos) conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3.
Em junho de 2018 foi constituída provisão para redução ao provável valor de realização de ativos referente aos veículos da controlada AES Serviços conforme mencionada na nota explicativa nº 10.2.

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, é demonstrada abaixo:

	Consolidado										
	Terrenos	Termoelétrica em operação	Peças sobressalentes	Materiais em depósito	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Arrendamento financeiro	Em curso	Depreciação	Total líquido consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**380**	**583.277**	**154.868**	**14.790**	**124**	**9.749**	**8.727**	**1.873**	**2.145**	**(404.390)**	**371.543**
Adições	–	–	–	–	–	–	–	443	596	(25.742)	(24.703)
Transferências	–	–	–	–	–	1.991	–	–	(2.434)	–	(443)
Baixas	–	–	–	–	–	(62)	–	(38)	–	89	(11)
Efeito das operações descontinuadas	–	–	–	–	(124)	(11.412)	(200)	(2.278)	(12)	4.916	(9.110)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**380**	**583.277**	**154.868**	**14.790**	**–**	**266**	**8.527**	**–**	**295**	**(425.127)**	**337.276**
Adições	–	–	–	–	8	–	–	2.005	–	(24.621)	(22.608)
Baixas	–	–	–	(468)	–	–	–	–	(38)	452	(54)
Efeito das operações descontinuadas	–	–	–	–	124	11.412	200	2.278	12	(4.916)	9.110
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**380**	**583.277**	**154.868**	**14.322**	**132**	**11.678**	**8.727**	**4.283**	**269**	**(454.212)**	**323.724**
(–) Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	(285)	(583.277)	(154.868)	(14.322)	–	(3.932)	(8.527)	–	(269)	447.518	(317.962)
Total imobilizado, líquido da provisão em 31 de dezembro de 2018	**95**	**–**	**–**	**–**	**132**	**7.746**	**200**	**4.283**	**–**	**(6.694)**	**5.762**

10.2 Provisões para redução ao provável valor de realização de ativos
Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3, a controlada Uruguaiana por força de contrato com seus clientes e, em consequência das dificuldades operacionais que vem enfrentando, principalmente relacionadas ao fornecimento de gás, concluiu que havia a necessidade de uma análise sobre a recuperação dos seus ativos não circulantes, assim como o registro de provisão para cobrir perdas esperadas no cumprimento das condições dos contratos de fornecimento assinados com seus clientes e fornecedores.
Em junho de 2018 a administração da Companhia e suas controladas realizaram análises sobre a recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e concluiu-se que os veículos da controlada AES Serviços estavam avaliados por um valor superior ao valor recuperável por meio do uso ou da venda, e desta forma foi constituída uma provisão ao provável valor de realização de ativos no montante de R$3.666.
O saldo de provisões para redução ao provável valor de realização de ativos refere-se ao imobilizado, no montante de R$ 317.962 (R$ 337.181 em 31 de dezembro de 2017), sendo R$ 314.296 referente a controlada Uruguaiana e R$ 3.666 referente a controlada AES Serviços.
O saldo de 31 de dezembro de 2017 é referente apenas à controlada Uruguaiana.

11. FORNECEDORES

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
CIRCULANTE				
Materiais e serviços	2.314	175	12.921	1.292
Energia de curto prazo e energia livre	–	–	332	–
Total	**2.314**	**175**	**13.253**	**1.292**
NÃO CIRCULANTE				
Contas a pagar por compra de energia - CCEE - nota 16	–	–	–	70.887
Total	**–**	**–**	**–**	**70.887**
Total Geral	**2.314**	**175**	**13.253**	**72.179**

12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
CIRCULANTE				
Federais				
IRRF	2	1	10	4
FGTS	–	–	96	14
INSS	10	4	115	51
PIS	–	–	52	–
COFINS	–	–	386	–
PAES - Parcelamento de PIS e COFINS	–	–	205	–
Outros	4	7	37	23
	16	**12**	**901**	**92**
Municipais				
ISS	–	–	24	4
	–	**–**	**24**	**4**
Total Circulante	**16**	**12**	**925**	**96**

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas	14	5	505	118	
Férias	–	–	1.120	209	
Participação nos lucros e resultados	–	–	1.511	282	
Bônus (i)	–	–	373	308	
Subtotal	**14**	**5**	**3.509**	**917**	(a)
NÃO CIRCULANTE					(a.1)
Bônus (i)	–	–	49	34	
Subtotal	**–**	**–**	**49**	**34**	
Total	**14**	**5**	**3.558**	**951**	

(i) Definido pela The AES Corporation, é um bônus diferido atrelado ao cumprimento de metas trienais da The AES Corporation. Representa 50% do Incentivo de Longo Prazo (ILP) de cada diretor (estatutário e não estatutário) e o pagamento é assumido localmente pelas controladas Uruguaiana e AES Serviços por não se tratar de remuneração baseada em ações. O critério de pagamento prevê valores diferenciados para atingimento parcial, total ou superação de metas. Os valores atribuídos passam a ser disponíveis da seguinte forma: 1/3 no primeiro ano, 1/3 no segundo ano e 1/3 no terceiro ano, pagando-se no início do 4° ano. (a.2)

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
CIRCULANTE					
Encargos setoriais	–	–	137	136	
Pesquisa e desenvolvimento	–	–	1.162	3.760	
Multa compensatória Metlife (i)	–	–	4.836	–	
Perdas em inventários de estoques (ii)	–	–	1.205	–	(c)
Outras obrigações	–	–	4	5	
Subtotal	**–**	**–**	**7.344**	**3.901**	

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
NÃO CIRCULANTE				
Pesquisa e desenvolvimento	–	–	1.317	1.290
PAES - Parcelamento de PIS e COFINS	–	–	700	–
Tributos diferidos passivos	–	–	9	–
Outras obrigações	–	–	3	–
Subtotal	**–**	**–**	**2.029**	**1.290**
Total	**–**	**–**	**9.373**	**5.191**

(i) A administração da controlada AES Serviços entende que o processo de recuperação judicial, mencionado na nota explicativa 1, resultou em vencimento antecipado do Acordo de Cooperação para Oferta de Produtos Securitários, Arrecadação de Prêmio de Seguros e outras Avenças que foi celebrado em 14 e novembro de 2014 entre a controlada AES Serviços e a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A ("Metlife"). O vencimento antecipado, conforme previsto em cláusula contratual, enseja a cobrança de multa compensatória, desta forma, com base na melhor estimativa da administração em 31 de dezembro de 2018, foi provisionado o montante de R$ 4.836. Em 14 de Novembro de 2018, a controlada AES Serviços foi notificada acerca do pedido de instalação de procedimento arbitral, no qual a MetLife pleiteia o valor inicial de R$ 18.883. As partes agora aguardam o início do procedimento arbitral. Em 31 de dezembro de 2018, com base no melhor entendimento da controlada AES Serviços, os valores reconhecidos como devidos permanecem em R$ 4.836.

(ii) Corresponde a ressarcimento que será feito à Eletropaulo, devido às perdas nos inventários de estoques que encontravam-se no controle da controlada AES Serviços. As transações com a Eletropaulo estão sendo demonstradas como parte relacionada até 04 de junho de 2018, quando a Eletropaulo foi vendida pela controladora direta AES Holdings Brasil Ltda. para a Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A.

15. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

15.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável
As provisões para processos judiciais e outros e respectivas cauções e depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Controladora			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2018	2017	2018	2017
Fiscal				
PIS/COFINS - JSCP (a.1)	40.933	39.430	40.933	39.430
PIS/COFINS - sobre receitas financeiras (a.2)	2.472	2.182	2.455	2.176
Total	**43.405**	**41.612**	**43.388**	**41.606**
Não Circulante	43.405	41.612		
Total	**43.405**	**41.612**		

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2018	2017	2018	2017
Fiscal (a)				
PIS/COFINS - JSCP (a.1)	64.655	62.287	64.656	62.287
PIS/COFINS - sobre receitas financeiras (a.2)	5.114	3.941	4.875	3.893
Trabalhista (b)	1.674	167	911	88
Ação judicial período de dezembro de 2000 a março de 2002 CCEE (c)	85.615	–	–	–
Total	**157.058**	**66.395**	**70.442**	**66.268**
Circulante	606	99		
Não Circulante	156.452	66.296		
Total	**157.058**	**66.395**		

O total de cauções e depósitos vinculados existentes em 31 de dezembro de 2018 estão demonstrados a seguir de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado:

	Controladora		Consolidado	
	Cauções e depósitos vinculados		Cauções e depósitos vinculados	
	2018	2017	2018	2017
Processos prováveis	43.388	41.606	70.442	66.268
Processos possíveis	21	20	1.348	902
Processos remotos	576	554	642	692
Total	**43.985**	**42.180**	**72.432**	**67.862**

A movimentação das provisões dos processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora			
	Saldo inicial 31.12.2017	Ingressos	Atualizações	Saldo final 31.12.2018
Fiscal				
PIS/COFINS - JSCP (a.1)	39.430	–	1.503	40.933
PIS/COFINS - sobre receitas financeiras (a.2)	2.182	160	130	2.472
Total	**41.612**	**160**	**1.633**	**43.405**

	Consolidado						
	Saldo inicial 31.12.2017	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Efeitos da descontinuidade	Saldo final 31.12.2018
Operações em continuidade							
Fiscal							
PIS/COFINS - JSCP (a.1)	62.286	–	2.369	–	–	–	64.655
PIS/COFINS - sobre receitas financeiras (a.2)	3.942	790	266	–	–	116	5.114
Trabalhista (b)	167	700	138	(188)	(280)	1.137	1.674
Ação judicial período de dezembro de 2000 a março de 2002 CCEE (c)	–	37.766	47.849	–	–	–	85.615
Total	**66.395**	**39.256**	**50.622**	**(188)**	**(280)**	**1.253**	**157.058**

	Consolidado						
	Saldo inicial 31.12.2016	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Efeitos da descontinuidade	Saldo final 31.12.2017
Operações em continuidade							
Fiscal							
PIS/COFINS - JSCP (a.1)	58.754	–	3.532	–	–	–	62.286
PIS/COFINS - sobre receitas financeiras (a.2)	2.445	1.226	271	–	–	–	3.942
Trabalhista (b)	154	262	13	(120)	(142)	–	167
Subtotal	**61.353**	**1.488**	**3.816**	**(120)**	**(142)**	**–**	**66.395**
Operações descontinuadas							
Fiscal							
PIS/COFINS - sobre receitas financeiras (a.2)	94	13	9	–	–	(116)	–
Trabalhista	578	1.074	75	(336)	(254)	(1.137)	–
Subtotal	**672**	**1.087**	**84**	**(336)**	**(254)**	**(1.253)**	**–**
Total Geral	**62.025**	**2.575**	**3.900**	**(456)**	**(396)**	**(1.253)**	**66.395**

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

Fiscal

PIS/COFINS: A Companhia e sua controlada AES Elpa possuem processos que discutem a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. Para ambas as Companhias, foram proferidas decisões desfavoráveis de 1ª e 2ª instância. Em outubro de 2017, foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial e não admitiu o recurso extraordinário da Companhia. Em decorrência, foram interpostos os recursos de agravo. Em outubro de 2018, foi proferida decisão que negou provimento aos agravos interpostos. Com isso, o processo será remetido para a 1ª instância para, posterior, conversão em renda dos valores depositados. Como há provisão e depósito judicial dos valores, não haverá impacto de caixa para a empresa. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os processos serão concluídos em 2019.

PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia e suas controladas discutem judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015. Enquanto não se tem decisão de mérito a Companhia e suas controladas vêm efetuando depósitos judiciais sobre os valores em discussão judicial. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia e suas controladas, estimam como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia e suas controladas, efetuaram provisão para o referido valor. A Administração da Companhia e de suas controladas, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído em 2021.

Trabalhista: Os processos trabalhistas movidos por empregados, ex-empregados e terceiros das controladas Uruguaiana e AES Serviços pleiteiam, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia. O valor total consolidado em 31 de dezembro de 2018 é de R$1.674 (R$ 167 em 31 de dezembro de 2017), correspondente à demanda de 33 processos prováveis em 31 de dezembro de 2018 (3 processos prováveis em 31 de dezembro de 2017). A Administração das controladas, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos entre 2019 e 2023.

Liquidação de Transações de Compra e Venda de Energia período de dezembro de 2000 a março de 2002 - CCEE

A controlada Uruguaiana ingressou com ação em face da ANEEL, do ONS e da CCEE, visando (i) a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via Encargos de Serviços de Sistema - ESS; (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho nº 116/2002 da ANEEL, com a consequente manutenção dos preços praticados pela controlada Uruguaiana em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar às paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da controlada Uruguaiana, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001.

No procedimento cautelar foi proferida decisão concedendo a liminar pleiteada pela controlada Uruguaiana, que determinou a suspensão da exigência dos valores, objeto de escrituração pela CCEE, antigo MAE, posteriormente, sobrevindo sentença confirmando a decisão liminar para julgar procedente a medida cautelar. Em decorrência, foram interpostos recursos de apelação pela ONS e CCEE.

Em relação ao procedimento principal, o qual discute o mérito das alegações suscitadas pela controlada Uruguaiana, em fevereiro de 2014 sobreveio sentença de 1ª instância julgando improcedentes os pedidos da controlada Uruguaiana, contra a qual foi interposto recurso de apelação em 12 de março de 2014.

Em 16 de dezembro de 2015, julgando o recurso da controlada Uruguaiana, o TRF da 1ª Região proferiu decisão desfavorável à controlada Uruguaiana. A referida decisão foi publicada em 25 de abril de 2016.

No dia 03 de maio de 2016, a controlada Uruguaiana apresentou embargos de declaração, com caráter infringente, requerendo a modificação da decisão e a atribuição de efeito suspensivo à mesma.

Em 21 de junho de 2017, na ação cautelar, foi apreciada a apelação do ONS e CCEE pelo TRF da 1ª Região, ocasião em que foi considerado prejudicado o julgamento da cautelar e, consequentemente extinta a ação cautelar. A controlada Uruguaiana opôs embargos de declaração sustentando a manutenção da liminar, vez que ainda não houve julgamento definitivo da ação principal.

Em 25 de julho de 2017, foi proferida decisão favorável à controlada Uruguaiana, a qual concedeu a tutela cautelar determinando efeito suspensivo aos seus embargos de declaração.

Em novembro de 2018, o processo foi encaminhado para novo relator. Em dezembro de 2018, após movimentações processuais, o escritório entendeu por bem alterar o prognóstico do caso de perda possível para provável.

Como consequência, os saldos de contas a receber e a pagar relativos as transações da CCEE nos montantes de R$ 33.121 e 70.887, apresentados nas notas explicativas nº 5 e 11, respectivamente, foram reclassificadas para provisões para processos judiciais que atualizados pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM (R$47.848) totalizam R$85.615 em 31 de dezembro de 2018 (R$80.065 em 31 de dezembro de 2017).

15.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível
A Companhia e suas controladas apresentam a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fiscal	674.668	648.076	727.935	698.274
Cível (i)	Não determinado	Não determinado	–	80.065
Total	**674.668**	**648.076**	**727.935**	**778.339**

(i) No consolidado deve-se considerar o montante de R$ 80.065 e o saldo não determinado da controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R$5.000 e relevância do tema.

(a) Fiscal

(a.1) Auto de infração - aproveitamento de prejuízo fiscal
Em 02 de junho de 2010, a Companhia recebeu o Auto de Infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de aproximadamente R$569.406 atualizado até 31 de dezembro de 2018 (R$552.013 em 31 de dezembro de 2017) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei 9.065/95, motivada pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A.
Em sua defesa, a Companhia apresentou Impugnação Administrativa alegando, em síntese, que, por absoluta ausência de previsão legal, a limitação imposta pela Lei nº 9.065/95 não se aplica aos casos de incorporação, uma vez que, com a extinção da empresa incorporada, a integralidade do crédito não poderia ser compensada em exercício posterior. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável à Companhia em 1ª instância. Em 2ª instância, foi apresentado Recurso Voluntário, para o qual foi proferida decisão desfavorável em outubro de 2012. Por consequência de tal decisão desfavorável, em outubro de 2012, a Companhia apresentou Embargos de Declaração. Em maio de 2015, foi proferida decisão que acolheu os embargos de declaração para negar provimento ao recurso voluntário. Em seguida, foi interposto recurso especial. Em março de 2016, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso especial. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em abril de 2016, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração da Companhia. Como não existia mais a possibilidade de recurso administrativo, em maio de 2016, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com o intuito de continuar discutindo judicialmente a questão. Em novembro de 2016 foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação. Em maio de 2018, a empresa foi citada nos autos da execução fiscal que visa a cobrança dos débitos em questão. Em decorrência, foi solicitada a transferência da garantia para a execução e opostos embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento.

continua

Brasiliana Participações S.A. e Controladas

CNPJ 08.773.191/0001-36
Companhia Aberta

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a.2) Compensações administrativas - saldos negativos de IRPJ e CSLL
Em 11 de janeiro de 2011, a Companhia apresentou recurso administrativo em face do Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tietê Empreendimentos, e compensados com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Companhia é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável na 1ª instância administrativa. Em decorrência, foi interposto recurso voluntário.
Em agosto de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância administrativa que deu parcial provimento a este recurso. Em julho de 2017, foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em março de 2018, a Companhia interpôs recurso especial. Em outubro de 2018, foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial. Com o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável a Companhia, em janeiro de 2019, foi distribuída ação judicial para apresentar seguro garantia, para fins de suspensão da exigibilidade do débito, e, posteriormente, possibilitar a discussão judicialmente do mérito da questão.
Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Receita Federal exigirá o pagamento de aproximadamente R$70.180 atualizado até 31 de dezembro de 2018 (R$63.795 em 31 de dezembro de 2017).

(a.3) Compensações administrativas - créditos de IRRF
Em junho de 2010, a Companhia foi intimada de Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, existentes em função da distribuição de Juros sobre Capital Próprio - JCP realizada por sua controlada indireta Eletropaulo, no valor de R$ 29.578 atualizado até 31 de dezembro de 2018 (R$ 28.793 em 31 de dezembro de 2017). Em decorrência, foi apresentada defesa administrativa. Em abril de 2011, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia apresentou recurso voluntário.
Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância administrativa, a qual deu integral provimento ao recurso voluntário da Companhia, cancelando a cobrança consubstanciada no processo em questão. Em que pese a possibilidade de interposição de recuso pela Procuradoria, como a decisão analisou questões de prova, é possível que eventuais recursos não possuam o condão de alterar a referida decisão.

(a.4) PIS/COFINS sobre receita de exportação
Em novembro de 2008, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a controlada Uruguaiana no valor de R$27.027 atualizado até 31 de dezembro de 2018 (R$26.253 em 31 de dezembro de 2017) em razão da suposta incidência de PIS/COFINS sobre a receita decorrente da exportação de energia elétrica gerada pela controlada Uruguaiana.
Em novembro de 2014, foi proferida decisão definitiva desfavorável à controlada Uruguaiana pelo Tribunal Administrativo (CARF). Em decorrência, em janeiro de 2015, a controlada Uruguaiana impetrou mandado de segurança para a discussão do caso no âmbito judicial. Em março de 2015 foi proferida decisão de 1º instância desfavorável aos interesses da controlada Uruguaiana, dando ensejo a interposição do recurso de apelação. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância favorável a controlada Uruguaiana. Em face desta decisão, em dezembro de 2016 a União Federal interpôs recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento.
Apesar do débito encontrar-se garantido através de seguro garantia, em agosto de 2015, a controlada Uruguaiana recebeu intimação relativa a execução fiscal que tem por objeto a cobrança dos mesmos débitos discutidos no referido mandado de segurança. Em setembro de 2015, foram opostos embargos à execução fiscal. Em abril de 2016, foi proferida decisão de 1ª instância que considerou que a controlada Uruguaiana já estava discutindo a matéria nos autos do mandado de segurança e, por tal razão, julgou extinto o processo sem julgamento do mérito. Em decorrência, foi interposto recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Destaque-se que, em que pese a decisão desfavorável proferida nos autos da execução fiscal, em virtude da decisão do Mandado de Segurança, a controlada Uruguaiana possui uma decisão de mérito favorável aos seus interesses.

(a.5) Compensações Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL
A controlada Uruguaiana foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas relativas a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, que somam o valor de R$27.028, atualizado até 31 de dezembro de 2018 (R$22.344 em 31 de dezembro de 2017). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Em julho de 2016, a controlada Uruguaiana foi intimada da decisão que negou provimento ao recurso especial relativo a duas compensações administrativas (COFINS e CSLL). Considerando que em relação a essas duas compensações não havia mais a possibilidade de recurso na esfera administrativa, em setembro de 2016, foi ajuizada ação declaratória para possibilitar a garantia do débito, através de seguro garantia, e a consequente suspensão da exigibilidade do débito, a qual aguarda decisão de 1ª instância. Em outubro de 2016 os débitos foram inscritos em dívida ativa e, portanto, sofreram o acréscimo dos encargos legais estabelecidos pelo Decreto lei nº 1025/69. Em outubro de 2016 foi ajuizada Execução Fiscal para cobrança dos débitos objeto da garantia. Em novembro de 2016, a controlada Uruguaiana apresentou Embargos à Execução Fiscal para discutir o mérito do processo. Atualmente, aguarda-se decisão de 1ª instância. Diante dos fatores expostos, a controlada Uruguaiana entende, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, que a probabilidade de perda dessa causa continua possível. Quanto às demais compensações, as quais correspondem ao valor de R$ 16.459 em 31 de dezembro de 2018, aguarda-se o julgamento na esfera administrativa.

(b) Cível

(b.1) Ação civil pública - improbidade administrativa
O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública, em julho de 2004 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a controlada AES Elpa e a Companhia, esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás. Tal ação foi proposta perante a Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo com o objetivo de questionar determinados aspectos da privatização da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. Por conta de decisão liminar concedida em agosto de 2004, pela qual foi determinada a quebra de sigilo fiscal e bancário da Companhia e dos demais réus, a Companhia interpôs agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da Terceira Região, ao qual foi atribuído efeito suspensivo. Em primeiro grau, em junho de 2005, a Companhia apresentou defesa prévia. Em julho de 2006, foi proferida decisão recebendo parcialmente a inicial, o que ensejou a interposição de agravo de instrumento pela Companhia, o qual visava não apenas a cassação da decisão e a consequente exclusão da Companhia do polo passivo da demanda, mas também que fosse reconhecida a competência da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro para processamento e julgamento da demanda. Foi atribuído efeito suspensivo ao recurso, o que suspendeu o trâmite da demanda em primeiro grau. Em julho de 2009, sobreveio julgamento parcialmente favorável do recurso da Companhia, restando determinada a remessa da ação civil pública, bem como dos recursos oriundos desta, para a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Contra esta decisão, o Ministério Público Federal interpôs recurso especial. Como referido recurso não era dotado de efeito suspensivo, os autos retomaram seu normal curso perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro. Entretanto, em dezembro de 2012, o recurso especial foi julgado, ocasião em que o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, razão pela qual os autos retornaram à capital Paulista. Em junho de 2014, foi determinada a suspensão do processo até que fossem julgados todos os agravos de instrumento pendentes (os quais versavam sobre a quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus, bem como sobre o recebimento da inicial da ação de improbidade administrativa). Finalmente, em fevereiro de 2015, foram julgados os referidos recursos, sendo que: (i) foi afastada a ordem de quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus; e, (ii) foi recebida a inicial integralmente, a contemplar todas as supostas condutas ímprobas aventadas na inicial. O Ministério Público Federal interpôs recursos especial e extraordinário contra a decisão que versava sobre a quebra de sigilo. Os recursos especial e extraordinário aguardam julgamento perante o STJ e STF. Por outro lado, a Companhia interpôs recurso especial contra o acórdão que recebeu a inicial integralmente. Em 17 de agosto de 2017, foi publicada decisão que inadmitiu o referido recurso da Companhia. Em 12 de setembro de 2017, a Companhia e a controlada AES Elpa apresentaram recurso ao Superior Tribunal de Justiça com o objetivo de reformar a negativa de seguimento pelo Tribunal. Atualmente aguarda-se o julgamento do referido recurso.
Por outro lado, com relação ao andamento do processo em primeiro grau, como o recurso especial não possui efeito suspensivo, em setembro de 2015, a Companhia apresentou contestação. Em 30 de maio de 2017, foi determinado pelo Juízo de 1ª instância a intimação de pessoas físicas que haviam sido excluídas do polo passivo e readmitidas após julgamento de recurso do Ministério Público. Aguarda-se julgamento da ação em 1ª instância.
Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

15.3 Seguro garantia
Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e as controladas Uruguaiana e AES Serviços contrataram seguros garantia para processos judiciais, conforme relação a seguir:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Companhia (i)			
Fiscal	2	634.184	0,40% a 0,60%
Controlada Uruguaiana (ii)			
Fiscal	2	28.387	0,80% a 1%
Cível	1	105.000	0,65%
Controlada AES Serviços (iii)			
Fiscal	1	1.584	0,35%

(i) Seguro garantia nos processos fiscais possíveis referentes (a) Auto de infração - aproveitamento de prejuízo fiscal no montante de R$632.369; e (b) Compensações administrativas - saldos negativos de IRPJ e CSLL no montante de R$1.815.
(ii) Seguro garantia nos processos fiscais e cíveis possíveis referentes (a) PIS/COFINS sobre receita de exportação no montante de R$22.404; (b) Compensações Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL no montante de R$5.983, e (c) Ação judicial - período de dezembro de 2000 a março de 2002 - CCEE no montante de R$105.000.
(iii) Seguro garantia no processo fiscal possível referente ao auto de infração pelo Estado do Rio Grande do Sul no montante de R$ 1.584.

Em função do processo de recuperação judicial da controlada AES Serviços, explicado na nota 1, a administração da Companhia negociou com sucesso a manutenção da vigência dos seguros garantias referentes à Companhia e sua controlada Uruguaiana.

16. COMPRA E VENDA DE ENERGIA DE CURTO PRAZO - CCEE

Decorrente de transações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE no período de dezembro de 2000 a março de 2002 a controlada Uruguaiana possuía saldo de contas a pagar por compra de energia de R$ 70.887 e saldo de contas a receber por venda de energia no montante de R$ 33.121.
Essas transações estavam sujeitas a sofrer alterações e ajustes em decorrência das informações efetivas a serem divulgadas pela CCEE, pois dependem de decisão de processos judiciais em andamento, movidos pela controlada Uruguaiana (vide nota explicativa nº 15.1(c.)) e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor no mesmo período.
Conforme mencionado na nota explicativa n° 15.1 (c), em novembro de 2018, o prognóstico do caso foi alterado para perda provável e, desta forma, os saldos de contas a receber e a pagar relativos as transações da CCEE nos montantes de R$ 33.121 e 70.887, respectivamente, foram reclassificados para provisões para processos judiciais que atualizados pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM totalizam R$85.615 em 31 de dezembro de 2018.

17. RECEITA DIFERIDA

	Consolidado	
	2018	2017
CIRCULANTE		
Metropolitan Life Seguros	1.311	–
Subtotal	**1.311**	**–**
NÃO CIRCULANTE		
Metropolitan Life Seguros	6.338	–
Subtotal	**6.338**	**–**
Total	**7.649**	**–**

Em 14 de novembro de 2014, a controlada AES Serviços assinou o contrato de estruturação de modelo de negócios com a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., denominada "Metlife".
O contrato é de exclusividade por um período de 10 anos e consiste na idealização, estruturação e implementação pela controlada Serviços, do modelo de negócio para a oferta e venda de produtos securitários a clientes que residem na área de concessão de distribuidoras de energia elétrica.
A controlada AES Serviços diferiu parte do valor recebido, antecipadamente, o qual está sendo reconhecido no resultado, linearmente.
A administração da controlada AES Serviços entende que o processo de recuperação judicial, mencionado na nota explicativa 1, resultou em vencimento antecipado do Acordo de Cooperação para Oferta de Produtos Securitários, Arrecadação de Prêmio de Seguros e outras Avenças que foi celebrado em entre a controlada AES Serviços e a "Metlife".
Entretanto, em 05 de novembro de 2018, foi celebrado aditivo ao contrato de arrecadação entre a controlada AES Serviços e a Eletropaulo para fins de prorrogação do prazo de vigência por mais 5 anos a que se refere a carteira de clientes em run-off da Metlife. A administração da controlada AES Serviços entende que a apropriação da receita diferida deve continuar ocorrendo de acordo com o prazo estipulado no referido contrato.
Carta fiança
A controlada AES Serviços possuía carta fiança no valor de R$ 18.697, ao custo de 4% a.a, com vencimento em fevereiro de 2019, junto ao Banco Pine e tinha como beneficiária a Metlife. Em 21 de agosto de 2018, o Banco Pine notificou a controlada AES Serviços, informando que, como efeito do pedido de recuperação judicial o Banco Pine encontrava-se automaticamente exonerado da fiança conforme previsto em cláusula contratual.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social
O capital social subscrito e integralizado é de R$111.810 (R$51.490 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 550.000.008 ações, sendo 507.692.309 ações ordinárias e 42.307.699 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.
Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 60.320 sem emissão de novas ações. O aumento do capital foi mediante a capitalização do saldo de parte dos lucros apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, previamente destinado como aumento de capital proposto.

18.2 Composição acionária

	2018		2017	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	253.846.155	50,00	253.846.155	50,00
BNDESPar	253.846.154	50,00	253.846.154	50,00
Total das ações	**507.692.309**	**100,00**	**507.692.309**	**100,00**
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	6	–	6	–
BNDESPar	42.307.693	100,00	42.307.693	100,00
Total das ações	**42.307.699**	**100,00**	**42.307.699**	**100,00**

18.3 Reservas

	2018	2017
Reservas de capital:		
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital (i)	(7.481)	(7.481)
Transferência de investimento entre sócios (ii)	11.130	11.130
Efeito de alteração de participação em controlada (iii)	(16.817)	(16.807)
Total	**(13.168)**	**(13.158)**
Reservas de lucros:		
Reserva legal	–	7.735
Reserva estatutária	–	13.223
Reserva de lucros a realizar	–	6.611
Reserva de dividendos não distribuídos	–	30.160
Total	**–**	**57.729**

(i) A Reorganização Societária ocorrida em 31 de dezembro de 2016 foi precedida de uma capitalização AFAC registrado no patrimônio líquido da controlada AES Elpa em nome da Companhia, no valor de R$ 429.200, sendo que tal capitalização deu-se sem a emissão de novas ações pela controlada AES Elpa, não havendo, portanto, diluição de seus acionistas não controladores. O montante de R$7.481 representa a participação de acionistas não controladores no adiantamento para futuro aumento de capital da controlada AES Elpa, na proporção de 1,74% do capital total sobre o referido AFAC. Por se tratar de transação de capital envolvendo acionistas não controladores, este montante foi registrado no patrimônio líquido como reserva de capital. Para maiores detalhes vide nota explicativa 1 das Demonstrações Contábeis referente ao exercício de 31 de dezembro de 2017.
(ii) Em 13 de junho de 2006, a AES Holdings Brasil e BNDESPAR celebraram um Instrumento Particular de Transações e outras Avenças, por meio do qual foi cancelada a opção para que fossem transferidas as ações de emissão da AES Sul ("Opção") de titularidade do Grupo AES para a Brasiliana Energia S.A. (companhia com participações da AES Holdings Brasil e BNDESPAR). Em contrapartida ao cancelamento da Opção, o instrumento determinou a transferência do investimento na AES Serviços para a Brasiliana Energia S.A. Após eventos de reorganizações societárias, o investimento foi transferido para a Companhia. Por se tratar de uma transação de capital, a Companhia registrou a contrapartida do recebimento do investimento em conta específica no patrimônio líquido, uma vez que esta transação foi considerada transação de capital, ou seja, transações com sócios na qualidade de proprietário, não resultando em perda de controle.
(iii) Em 30 de dezembro de 2016 (vide nota nº1) devido à reorganização societária ocorrida, foi assegurado o direito de recesso aos acionistas da controlada AES Elpa que dissentiram da aprovação da Cisão Parcial da Companhia, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações, com pagamento de reembolso calculado com base no valor contábil de suas ações apurado a partir das informações financeiras da controlada AES Elpa levantadas em 31 de dezembro de 2015 e divulgadas em 1º de março de 2016. Os acionistas da controlada AES Elpa titulares de 1.113.626 ações ordinárias efetivamente exerceram o seu direito de retirada. O pagamento foi realizado em 3 de fevereiro de 2017 sendo o efeito reflexo registrado na Companhia nesta data, como reserva de capital.

Em 20 de abril de 2017 em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada foi aprovado o cancelamento das 1.113.626 ações ordinárias de emissão da controlada AES Elpa, as quais representavam 1,17% do seu capital social. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 95.061.053 para 93.947.427 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 98,26% para 99,42% a sua participação na referida controlada.
O valor da recompra de ações foi de R$ 17.105, sendo reconhecido pela controlada AES Elpa como redução de capital social, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica "Efeito de alteração de participação em controlada", o montante de R$16.807.
Em 8 de outubro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o resgate de 543.313 ações ordinárias, as quais representavam a totalidade das ações de emissão da controlada AES Elpa que remanesceram em circulação após o leilão da OPA. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 93.947.427 para 93.404.113 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 99,42% para 100% a sua participação na referida controlada.
Com o respectivo e posterior cancelamento das ações houve a redução do capital social da controlada AES Elpa no montante de R$ 5, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica "Efeito de alteração de participação em controlada", o montante de R$10.

19. DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Estatuto Social da Companhia estabelece dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

	2018	2017
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(84.241)	126.989
Constituição de reserva legal	–	(6.349)
Base para pagamento de dividendos	**(84.241)**	**120.640**
Dividendo mínimo obrigatório	–	30.160
Constituição de reserva de dividendos não distribuídos	–	30.160
Aumento de capital proposto	–	60.320
Absorção de prejuízo com reserva de lucros	57.730	–
(Total prejuízo acumulado)/Total distribuído	**(26.511)**	**120.640**

19.1 Absorção de prejuízo com reservas de lucros
A Diretoria da Companhia aprovou a proposta de destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sendo absorção de prejuízo do exercício com reservas de lucros a qual segue: (i) reserva legal no montante de R$ 7.736; (ii) reserva estatutária no montante de R$ 13.223; (iii) reserva de lucros a realizar no montante de R$ 6.611 e; (iv) reserva de dividendos não distribuídos no montante de R$ 30.160. Tal proposta deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração e ratificada pela AGO.

20. RESULTADO POR AÇÃO

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias. Os valores de resultado por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.
A tabela a seguir apresenta o resultado básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

		Reapresentado
	2018	2017
Numerador:		
Resultado líquido de operações continuadas	(84.241)	126.989
Resultado líquido do exercício	**(84.241)**	**126.989**
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	507.692	507.692
Média ponderada do número de ações preferenciais	42.308	42.308
Resultado por ação		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	(0,15317)	0,23089
Resultado básico e diluído por ação preferencial	(0,15317)	0,23089
Do resultado líquido do exercício		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	(0,15317)	0,23089
Resultado básico e diluído por ação preferencial	(0,15317)	0,23089

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas informações contábeis.
A Companhia não possui nenhum instrumento que tem efeito diluidor. Desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Reapresentado	
	Consolidado	
	2018	2017
Serviços prestados a partes relacionadas (i) (Nota nº 25)	21.402	72.935
Corte e Religa, Manutenção e Poda (ii)	3.774	–
Substituição de postes (ii)	4.455	–
Atendimento de lojas (ii)	13.549	–
Arrecadação de valores e propaganda em fatura de energia	35	20
Mercado de curto prazo - CCEE (iii)	(458)	(2.354)
Eficiência energética	2.469	3.785
Seguros	5.588	7.162
Operações em subestações e manutenções	–	837
Receita operacional bruta	**50.814**	**82.386**
PIS	(882)	(1.334)
COFINS	(4.010)	(6.149)
ISS	(1.632)	(2.580)
Receita operacional líquida	**44.290**	**72.323**

(i) As transações com a Eletropaulo estão sendo demonstradas como parte relacionada até 04 de junho de 2018, quando a Eletropaulo foi vendida pela controladora direta AES Holdings Brasil Ltda. para a Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A.
(ii) Os saldos de receita de corte e religa, manutenção, poda, substituição de postes e atendimento de lojas são provenientes do contrato entre a controlada AES Serviços e a Eletropaulo, desta forma, foram demonstradas como parte relacionada até 04 de junho de 2018.
(iii) O saldo refere-se basicamente aos custos adicionais de operação de caráter emergencial em 2014 pendentes de ressarcimento da controlada Uruguaiana. Desde outubro de 2016 o saldo encontrava-se em análise pelo órgão regulador. Em 30 de junho de 2017, a administração da controlada Uruguaiana efetuou um ajuste na estimativa no valor a receber, referente ao referido ressarcimento, no montante de R$ 2.454. Em 11 de setembro de 2018, após análise, o órgão regulador determinou a controlada Uruguaiana o ressarcimento financeiro à conta Encargo de Serviço do Sistema - ESS, desta forma o saldo remanescente a receber de R$ 513 foi revertido.

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

			Reapresentado	
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Acordo YPF (i)	–	–	–	190.890
Aluguéis - partes relacionadas (nota nº 25.1)	(2)	(5)	(68)	(156)
Ressarcimento de manutenção (nota nº 8)	–	–	2.069	–
Seguros	(17)	(28)	(1.150)	(1.098)
Arrendamentos e aluguéis	–	–	(1.563)	(2.018)
Tributos	–	–	(90)	(118)
Multa compensatória - Metlife (nota nº 14)	–	–	(4.836)	–
Perdas por falta em inventário	–	–	(1.005)	(16)
Outras	(36)	(86)	(629)	(778)
Total	**(55)**	**(119)**	**(7.272)**	**186.706**

(i) Requerimento de arbitragem: Em 30 de dezembro de 2016, a controlada Uruguaiana e a YPF chegaram a um acordo pelo qual a YPF se comprometeu ao pagamento de US$ 60.000 (R$ 190.164 mais impostos) à controlada Uruguaiana para pôr fim às discussões relacionadas à arbitragem. O referido acordo foi aprovado pela Diretoria Executiva da YPF em 06 de janeiro de 2017 e os valores transferidos para a controlada Uruguaiana em 10 de janeiro de 2017.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 14.2 (b.3) das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

23. RESULTADO FINANCEIRO

			Reapresentado	
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	1.494	4.236	11.942	22.405
Atualização de créditos tributários	43	62	2.084	364
Atualização de depósitos judiciais	1.647	2.436	2.679	3.878
PIS e COFINS sobre receita financeira	(160)	(313)	(790)	(1.239)
Juros sobre mútuo com a AES Serviços	251	–	–	–
Outras	–	–	10	1
Total	**3.275**	**6.421**	**15.925**	**25.409**
Despesas Financeiras				
Juros sobre arrendamento financeiro	–	–	(390)	(107)
Atualização monetária de P&D	–	–	(237)	(485)
Descontos de duplicatas	–	–	–	(627)
Cartas de fiança e seguros garantia	(2.238)	(2.034)	(3.591)	(3.316)
Atualização monetária de processos judiciais (nota nº 15.1)	(1.633)	(2.406)	(50.622)	(3.977)
Outras despesas financeiras	(26)	31	(2.140)	(1.748)
Total	**(3.897)**	**(4.409)**	**(56.980)**	**(10.260)**
Variações Cambiais, líquidas				
Variações cambiais sobre depósitos judiciais	–	–	151	13
Outras	–	–	(16)	(307)
Total	**–**	**–**	**135**	**(294)**
Total resultado financeiro	**(622)**	**2.012**	**(40.920)**	**14.855**

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	2018		2017		2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Correntes	–	–	–	–	–	–	(13.436)	(4.862)
Diferidos	–	–	–	–	(4.715)	(1.698)	(22.541)	(8.114)
Total	**–**	**–**	**–**	**–**	**(4.715)**	**(1.698)**	**(35.977)**	**(12.976)**
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:								
Resultado antes dos tributos	**(84.241)**	**(84.241)**	**128.043**	**128.043**	**(77.829)**	**(77.829)**	**175.943**	**175.943**
Adições (exclusões):								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	–	–	(2.495)	(2.495)	(4.303)	(4.303)
Provisão/Reversão para redução ao provável valor de recuperação dos ativos	–	–	–	–	(20.521)	(20.521)	(98.724)	(98.724)
Provisões trabalhistas	–	–	–	–	303	303	13	13
Provisões fiscais	–	–	204	204	650	650	2.533	2.533
Despesas não dedutíveis - diferenças permanentes	–	–	–	–	–	–	3.007	3.007
Resultado de equivalência patrimonial	81.484	81.484	(125.623)	(125.623)	–	–	–	–
Fornecedores - Provisão materiais e serviços	–	–	–	–	(156)	(156)	(10)	(10)
Provisão para participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	–	–	–	–	–	–	(115)	(115)
Reversão de provisão	–	–	(3.071)	(3.071)	–	–	(3.245)	(3.245)
Diferenças temporárias sem imposto diferido constituído	–	–	–	–	75	75	–	–
Outros	1.510	1.510	–	–	1.514	1.510	1.040	1.167
Total das adições (exclusões)	**82.994**	**82.994**	**(128.490)**	**(128.490)**	**(20.629)**	**(20.633)**	**(99.805)**	**(99.678)**
Resultado ajustado	**(1.247)**	**(1.247)**	**(447)**	**(447)**	**(98.458)**	**(98.462)**	**76.138**	**76.265**
(–) Compensação do Prejuízo Fiscal/Base Negativa	–	–	–	–	–	–	(22.714)	(22.714)
Base de cálculo	**(1.247)**	**(1.247)**	**(447)**	**(447)**	**(98.458)**	**(98.462)**	**53.424**	**53.551**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Receita (Despesa) com tributos às alíquotas nominais	**–**	**–**	–	–	**–**	**–**	**(13.356)**	**(4.820)**
Incentivos	–	–	–	–	–	–	36	–
Reversão de tributos diferidos sobre outras diferenças temporárias	–	–	–	–	–	–	(11.577)	(4.167)
Reversão Prejuízo Fiscal/ Base Negativa da CSLL	–	–	–	–	(4.715)	(1.698)	(11.080)	(3.989)
Total da receita (despesa) com tributos	**–**	**–**	**–**	**–**	**(4.715)**	**(1.698)**	**(35.977)**	**(12.976)**
Alíquota efetiva	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**	**20,4%**	**7,4%**

A Companhia apurou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, prejuízo fiscal e base negativa, não havendo imposto de renda e contribuição social correntes a pagar.

continua

Brasiliana Participações S.A. e Controladas

CNPJ 08.773.191/0001-36
Companhia Aberta

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e as controladas acumulam prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias sobre os quais não foram registrados impostos diferidos ativos, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo fiscal	1.856	609	488.788	400.852
Base negativa contribuição social	1.856	609	492.334	404.398
Diferenças temporárias ativas	25.788	609	354.279	371.560

25. PARTES RELACIONADAS

25.1 Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE				
Mútuo a receber principal - Brasiliana x AES Serviços (*)	3.117	–	–	–
Mútuo a receber juros - Brasiliana x AES Serviços (*)	251	–	–	–
Subtotal	**3.368**	**–**	**–**	**–**
Dividendos a receber:				
AES Elpa	4.389	11.889	–	–
AES Uruguaiana	–	76.570	–	–
Subtotal	**4.389**	**88.459**	**–**	**–**
Total do ativo com partes relacionadas	**7.757**	**88.459**	**–**	**–**

(*) Em 30 de abril e 20 de agosto de 2018, foram celebrados para fins de capital de giro contratos de mútuo entre a controladora Brasiliana e a controlada AES Serviços no montante de R$ 3.000 e R$ 117, respectivamente, com prazo de oito meses para pagamento integral dos mútuos. Sobre os valores dos mútuos incidem juros de CDI acrescidos de 5,79% ao ano. Em caso de inadimplência incidirão juros de mora de 10% ao ano, tais acréscimos incidirão da data de vencimento da obrigação até a data de seu efetivo pagamento.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
PASSIVO				
Fornecedores:				
Arrecadação de valores e propaganda em fatura de energia - Eletropaulo x AES Serviços	–	–	–	61
Contrato de sublocação - Eletropaulo x AES Serviços	–	–	–	12
AES Eletropaulo - Inventário Estoque	–	–	–	1.473
Subtotal	**–**	**–**	**–**	**1.546**
Dividendos a pagar:				
AES Holdings Brasil	13.920	36.989	13.920	36.989
BNDESPar	16.240	43.154	16.273	43.187
Subtotal	**30.160**	**80.143**	**30.193**	**80.176**
Total do passivo com partes relacionadas	**30.160**	**80.143**	**30.193**	**81.722**

	Reapresentado			
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida				
Corte e Religa, Manutenção, Poda - Eletropaulo x AES Serviços (i)	–	–	7.064	20.356
Substituição de postes - Eletropaulo x AES Serviços (i)	–	–	3.846	11.611
Atendimento de lojas - Eletropaulo x AES Serviços (i)	–	–	10.492	23.718
Distrato serviços de arrecadação - AES Guaíba x AES Serviços	–	–	–	16.568
Eficiência Energética - AES Serviços x Sul	–	–	–	682
Encargos de dívida - Mútuo Brasiliana x AES Serviços.	251	–	–	–
Total da receita com partes relacionadas	**251**	**–**	**21.402**	**72.935**
Outras despesas operacionais				
Contrato de sublocação - Eletropaulo x Companhia (ii)	(2)	(3)	(2)	(3)
Contrato de sublocação - Eletropaulo x AES Elpa (ii)	–	–	(2)	(3)
Contrato de sublocação - Eletropaulo x AES Serviços (ii)	–	–	(64)	(146)
Perdas em Inventário Estoque - Eletropaulo x AES Serviços	–	–	(423)	(1.473)
Arrecadação e Publicidade em Fatura Seguro MetLife - Eletropaulo x AES Serviços	–	–	(353)	(799)
Total despesas operacionais com partes relacionadas	**(2)**	**(3)**	**(844)**	**(2.424)**
Total do resultado com partes relacionadas	**249**	**(3)**	**20.558**	**70.511**

(i) As transações com a Eletropaulo estão sendo demonstradas como parte relacionada até 04 de junho de 2018, quando a Eletropaulo foi vendida pela controladora direta AES Holdings Brasil Ltda. para a Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A.

(ii) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a Eletropaulo (Sublocadora) e as demais empresas (Sublocatárias), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012 e Despacho nº 3.893/2012. Em abril de 2018 houve rescisão deste contrato, sem ônus para a Companhia e suas controladas.

25.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária nas controladas Uruguaiana e AES Serviços e pelo Conselho de Administração na controlada AES Elpa. Abaixo a remuneração consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Consolidado	
	2018	2017
Benefícios de curto prazo (a)	1.301	872
Outros Benefícios de longo prazo (b)	73	27
Benefícios de Rescisão Contrato de Trabalho	183	–
Remuneração baseada em ações (c)	53	27
Total	**1.610**	**926**

a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
b) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
c) Compostos por opções de ações a alta administração das controladas através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela The AES Corporation.

Os valores referentes a pagamento baseado em ações são pagos pela The AES Corporation e não há ônus para a Companhia.
A remuneração global dos administradores para os exercícios de 2018 e 2017 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2018. Contudo, não foi aprovada em sede de reunião prévia nos termos do Acordo de Acionistas da Brasiliana Participações S.A.
A Companhia entende que as referidas propostas são compatíveis com a média praticada pelo mercado e desta forma, o assunto não demanda aprovação em sede de Reunião Prévia do referido Acordo de Acionistas.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

26.1 Instrumentos financeiros

26.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

		Consolidado					
		2018			2017		
	Notas	Valor contábil	Valor justo	Categoria CPC 38/IAS 39	Valor contábil	Valor justo	Categoria CPC 48/IFRS 9
ATIVO (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	530	530	Empréstimos e recebíveis	115	115	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	**4**	176.978	176.978	Ativos financeiros disponíveis para venda	228.612	228.612	Valor Justo por meio de resultado
Contas a receber	**5**	2.246	2.246	Empréstimos e recebíveis	561	561	Custo amortizado
Contas a receber por venda de energia - CCEE	**5**	–	–	Empréstimos e recebíveis	33.121	33.121	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	**15**	72.432	72.432	Empréstimos e recebíveis	67.862	67.862	Custo amortizado
Total		**252.186**	**252.186**		**330.271**	**330.271**	
PASSIVO (Circulante e não circulante)							
Fornecedores	**11**	13.253	13.253	Passivos financeiros pelo custo amortizado	1.292	1.292	Custo amortizado
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	**16**	–	–	Passivos financeiros pelo custo amortizado	70.887	70.887	Custo amortizado
Encargos setoriais	**14**	137	137	Passivos financeiros pelo custo amortizado	136	136	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	**24**	30.193	30.193	Passivos financeiros pelo custo amortizado	80.176	80.176	Custo amortizado
Total		**43.583**	**43.583**		**152.491**	**152.491**	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostos basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.
O valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e suas controladas optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao do valor contabilizado.
Operações com instrumentos financeiros derivativos
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia e suas controladas não possuíam quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

26.2 Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros, registrados a valor justo por meio de resultado, conforme método de mensuração:

	2018				2017			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO								
Investimentos de curto prazo	176.978	–	176.978	–	228.612	–	228.612	–
Total - Ativo	**176.978**	**–**	**176.978**	**–**	**228.612**	**–**	**228.612**	**–**

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:
Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

26.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente à Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia e das controladas Uruguaiana e AES Serviços, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Gestão de Riscos - *aplicável para Companhia e controladas Uruguaiana e AES Serviços*
É de responsabilidade do Conselho de Administração deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.
A Diretoria Executiva exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégicos, financeiros, *compliance*, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.
A Diretoria Executiva também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. Para assessoramento da Diretoria Executiva, existe o Comitê de Gestão de Riscos, que tem como principal objetivo a supervisão e monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos, onde são avaliados e validados os modelos de Gestão de Risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia e de suas controladas Uruguaiana e AES Serviços além de aprovar metas e ações e priorizar recursos para mitigação dos riscos aos quais a Companhia e suas controladas Uruguaiana e AES Serviços estão expostas.
Entre as competências do Conselho Fiscal, cabe ao mesmo acompanhar e discutir o processo formal de gestão de riscos efetuado pela Administração.
A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia e de suas controladas Uruguaiana e AES Serviços, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.
A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia e suas controladas Uruguaiana e AES Serviços estão expostas, definir padrões a serem seguidos pela Companhia e suas controladas Uruguaiana e AES Serviços no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.
Controles Internos - *aplicável para Companhia e todas as suas controladas*
A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.
Ética e *Compliance* - *aplicável para Companhia e todas as suas controladas*
A Companhia e suas controladas estão comprometidas em manter os mais altos padrões éticos em todas as suas transações comerciais. O Programa de *Compliance* visa "conhecer o seu parceiro de negócios", exigindo a condução de um processo de verificação interna em seus potenciais parceiros antes de firmar ou renovar um acordo de negócios. Este processo visa assegurar que tais padrões éticos e legais sejam devidamente respeitados em todas as suas transações comerciais.
Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e *Compliance* e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas informações contábeis intermediárias, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia e de suas controladas, incluindo Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.
Processos Judiciais - *aplicável para Companhia e suas controladas*
A Companhia e suas controladas se utilizam de relatórios preparados por consultores jurídicos para embasar suas avaliações sobre o mérito e risco de perda dos processos judiciais, sendo que os mais relevantes possuem seguros garantias conforme descritos na nota explicativa nº 15.3, reduzindo assim o risco de desembolsos associados a estes processos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.
Contas a receber
Na controlada Uruguaiana, durante os meses em que esteve em operação, a energia produzida foi liquidada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia - CCEE. A liquidação financeira é realizada mensalmente pela CCEE e marca o momento de pagamento e recebimento de todos os débitos e créditos apurados no processo. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Controlada Uruguaiana não comercializou energia.
Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo
Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.
A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.
A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.
Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia e suas controladas: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de PL da Companhia e de suas controladas: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R$ 6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2018 é:

Consolidado	2018
Caixa e equivalentes de caixa	530
Investimentos de curto prazo	176.978
Contas a receber	2.246
Total da exposição	**179.754**

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.
A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e de suas controladas, bem como a operacionalização e controle destas posições.
A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e de suas controladas. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado Posição em 31 de dezembro de 2018	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	7.622	5.631	–	–	–
Encargos setoriais (TFSEE)	137	–	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	30.193	–	–	–
Total	**7.759**	**35.824**	**–**	**–**	**–**

(*) Tendo em vista que o prazo final para apresentação do plano de recuperação judicial da controlada AES Serviços foi em 19 de novembro de 2018, e levando em conta que o prazo máximo para realização da assembleia geral de credores que submete para aprovação o referido plano encerrou-se em 28 de janeiro de 2019, a controlada AES Serviços entende que as suas obrigações no montante de R$ 5.631 serão liquidadas em um prazo superior a 3 meses.

(b.3) Riscos de mercado

Gestão de capital
A Companhia e suas controladas controlam sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.
De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.
A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.
Para a controlada Uruguaiana, em decorrência da paralisação das atividades operacionais da usina, essa controlada gerencia seu capital com objetivo principal de honrar os compromissos relacionados à manutenção do seu parque gerador.

No caso da controlada AES Serviços, conforme mencionado na nota explicativa 1, foi ajuizado pedido de recuperação judicial com o propósito de formular alternativas para restaurar o equilíbrio financeiro e buscar a continuidade dasatividades operacionais.
Riscos de taxas de juros
Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram alocadas em CDBs e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI.
O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2018 foi de R$176.978.
Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros
Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador CDI nos investimentos, aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.
Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2018, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras - Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 2018	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
SELIC			**3,30%**	**4,94%**	**6,59%**	**8,24%**	**9,89%**
Investimentos de curto prazo	SELIC	176.978	5.840	8.743	11.663	14.583	17.503
Subtotal		**176.978**	**5.840**	**8.743**	**11.663**	**14.583**	**17.503**

(c) Outros riscos considerados relevantes para a Companhia e suas controladas

(c.1) Risco de regulação

As atividades da controlada Uruguaiana, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades dessa controlada.

(c.2) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

O Governo Federal poderá implementar alterações no regime fiscal que afetam a Companhia e suas controladas. Estas alterações podem incluir desde mudanças nas alíquotas até a cobrança de tributos temporários ou permanentes, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e de suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e suas controladas terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade.

(c.3) Risco de instabilidade cambial e econômica

Instabilidade econômica
Os resultados operacionais da Companhia e suas controladas são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia e suas controladas. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.
Instabilidade cambial
Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.
Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.
A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia e de suas controladas.

(c.4) Risco de contratação e manutenção de seguros garantias para processos judiciais

Conforme mencionado na nota 15.3 a contratação e manutenção de seguros garantia de processos judiciais é fortemente influenciada pela continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. A contratação de novos seguros garantia, se requeridos, dependeria de oferta e aceitação do risco por parte das instituições provedoras destes seguros.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais da Companhia, tendo em vista a natureza distinta de cada uma de suas empresas controladas, correspondem à atividade exercida por estas. Portanto, os segmentos operacionais são as atividades de geração e holding.

- AES Elpa S.A. - Holding;
- AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. - Geração;
- AES Serviços.

A seguir apresentam-se os segmentos de reporte, considerando as seguintes premissas:

(i) As transações entre segmentos foram realizadas como se fossem partes independentes;
(ii) A Administração da Companhia não analisa geograficamente informações por segmento.

	2018					
	Holdings	Geração	Serviços	Combinado	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	**–**	**(608)**	**44.898**	**44.290**	**–**	**44.290**
Custos operacionais						
Custo com energia elétrica\gás	–	(8.522)	–	(8.522)	–	(8.522)
Taxa de fiscalização	–	(1.639)	–	(1.639)	–	(1.639)
Pessoal, entidade de previdência privada, material e serviço de terceiros	(2.679)	(10.900)	(44.754)	(58.333)	–	(58.333)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	–	(87)	(422)	(509)	–	(509)
Provisão para redução ao provável valor de realização	–	–	(3.666)	(3.666)	–	(3.666)
Reversão para redução ao provável valor de realização de ativos	–	22.859	–	22.859	–	22.859
Depreciação e amortização	–	(22.391)	(1.795)	(24.186)		(24.186)
Outras	(129)	518	(7.592)	(7.203)	–	(7.203)
Total dos custos operacionais	**(2.808)**	**(20.162)**	**(58.229)**	**(81.199)**	**–**	**(81.199)**
Resultado do serviço	**(2.808)**	**(20.770)**	**(13.331)**	**(36.909)**	**–**	**(36.909)**
Resultado de equivalência patrimonial	(81.484)	–	–	(81.484)	81.484	–
Receitas financeiras	4.747	11.254	175	16.176	(251)	15.925
Despesas financeiras	(4.792)	(50.388)	(2.051)	(57.231)	251	(56.980)
Variações cambiais, líquidas	–	147	(12)	135	–	135
Resultado antes dos tributos	**(84.337)**	**(59.757)**	**(15.219)**	**(159.313)**	**81.484**	**(77.829)**
Imposto de renda/Contribuição social e diferido	–	–	(6.413)	(6.413)	–	(6.413)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	**(84.337)**	**(59.757)**	**(21.632)**	**(165.726)**	**81.484**	**(84.242)**

	2018					
TOTAL DO ATIVO	**197.204**	**133.702**	**14.076**	**344.982**	**(48.561)**	**296.421**
TOTAL DO PASSIVO	**125.909**	**92.715**	**34.346**	**252.970**	**(29.075)**	**223.895**

Vide nota explicativa nº 1.1.

28. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia e de suas controladas para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

	Período de vigência		
Risco	de	até	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2018	31/12/2019	R$ 3.750.000
Seguro Terrorismo	31/12/2018	31/12/2019	R$ 975.000
Vida em grupo	01/01/2019	01/01/2020	25 x salário, com o máximo de R$ 1.833
Responsabilidade civil geral	01/04/2018	01/04/2019	R$ 40.000
Responsabilidade civil de administradores - D&O	01/04/2018	01/04/2019	R$ 100.000
Riscos ambientais	01/04/2018	01/04/2019	R$ 10.000
Frota de veículos - RCF	01/04/2018	01/04/2019	RCFV Garantia Única R$ 1.000

Os limites de proteção são compartilhados entre algumas empresas do Grupo AES, com exceção do seguro de frota veículos - RCF, que tem limite de proteção contratado individualmente por veículo nas controladas Uruguaiana e AES Serviços.
A apólice de Responsabilidade Civil Administradores - D&O, possui limite de proteção compartilhado entre as empresas do Grupo, com exceção da controlada AES Serviços que desde a publicação da recuperação judicial está descoberta. A negociação para emissão de uma apólice individual para esta controlada está em andamento.
Para todos os seguros, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice.
O seguro terrorismo é complementar ao seguro de riscos operacionais e faz parte do programa de proteção dos ativos do Grupo AES Brasil.

continua

Brasiliana Participações S.A. e Controladas

CNPJ 08.773.191/0001-36
Companhia Aberta

continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Julian Jose Nebreda Marquez
Conselheiro Efetivo - Presidente

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
Conselheiro Suplente

Francisco Jose Morandi Lopez
Conselheiro Efetivo

José Ricardo Elbel Simão
Conselheiro Suplente

Berned Raymond Da Santos Ávila
Conselheiro Efetivo

Sebastião Bergamini Júnior
Conselheiro Efetivo

Estevão de Almeida Accioly
Conselheiro Efetivo

CONSELHO FISCAL

Luis Eduardo Frisoni Junior
Conselheiro Efetivo - Presidente

Raimundo Cláudio Batista
Conselheiro Efetivo

Mário Shinzato
Conselheiro Suplente

Maria Carmen Westerlund Montera
Conselheiro Suplente

Kurt Janos Toth
Conselheiro Efetivo

Wilton de Medeiros Daher
Conselheiro Suplente

DIRETORIA

Italo Tadeu de Carvalho de Freitas Filho
Diretor-Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Hugo Satoru Nagae
Contador - CRC 1SP329701/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Brasiliana Participações S/A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Brasiliana Participações S/A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasiliana Participações S/A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A controlada AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. tem sido significativamente afetada pelas interrupções de fornecimento de gás natural utilizado na produção de energia elétrica, resultando em incertezas em relação à sua capacidade de garantir o fluxo regular desse combustível e a consequente estabilidade de suas operações. Esse assunto encontra-se divulgado na nota 1.3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Adicionalmente, a controlada AES Serviços TC Ltda. - em Recuperação Judicial, apresenta prejuízos acumulados de R$ 49.654 mil (R$ 28.022 mil em 2017) em suas operações, tendo apurado prejuízo corrente de R$ 21.632 mil. A controlada obteve o deferimento do pedido de recuperação judicial em 03 de setembro de 2018 na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo. Estas circunstâncias, atreladas à deterioração da operação daquela Empresa, resultam em incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da controlada. Este assunto encontra-se divulgado nas notas explicativas 1 e 2.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Por fim, a reorganização da estrutura societária do Grupo AES Brasil, implementada durante o exercício de 2016, resultou na cisão parcial da controlada AES Elpa S.A., sendo que parte do acervo líquido cindido incluiu os investimentos em participação societária na ex-controlada Eletropaulo, dentre outros ativos, reduzindo significativamente a atual capacidade de geração de resultados e caixa da AES Elpa S.A. Este assunto encontra-se divulgado na nota explicativa 1.1.1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Os eventos ou condições descritas nos parágrafos precedentes, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional das mencionadas controladas e, consequentemente, da própria Companhia, por ser essa fortemente dependente da geração de resultados e fluxo de caixa de dividendos originados por suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Discussões judiciais sobre temas fiscais

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos de natureza tributária cujo valor agregado totaliza R$ 727.935 mil, os quais foram classificados como perda possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2018. Deste montante, destacamos a causa referente ao auto de infração relacionado ao aproveitamento de prejuízos fiscais, cujo valor está estimado em R$ 569.406 mil. Este assunto está divulgado na nota explicativa 15.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao julgamento necessário para a determinação de reconhecimento ou não de uma provisão pela Administração com base na avaliação dos consultores jurídicos externos responsáveis pelo acompanhamento das causas, e pela complexidade dos assuntos e do ambiente jurídico no Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros, (i) a obtenção de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos externos da Companhia e análise dos prognósticos de perda associados às causas fiscais; (ii) o entendimento e teste dos controles relevantes identificados pela Companhia para identificação e monitoramento de processos judiciais; (iii) a realização de reuniões periódicas com a Administração para discutir a evolução do processo em destaque, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições informadas por aqueles consultores; (iv) envolvimento de nossos especialistas tributaristas para nos auxiliar na análise da razoabilidade das expectativas de perdas das causas de natureza tributária mais significativas; e (v) avaliação das divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação da probabilidade de perda e consequentemente da necessidade ou não do registro da provisão para os mencionados processos, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Recuperação Judicial - controlada AES Serviços

Em 15 de agosto de 2018 foi protocolado o pedido de recuperação judicial da controlada AES Serviços Ltda. (Em Recuperação Judicial), o qual foi deferido pelo Juízo em 3 de setembro de 2018. No dia 19 de novembro de 2018, a controlada apresentou seu Plano de Recuperação Judicial ("Plano") perante o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica, laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos da controlada; sendo que a aprovação do Plano por parte daquele Juízo ainda estava pendente até a data de conclusão dos nossos trabalhos. Este assunto está divulgado na nota explicativa 1 às demonstrações contábeis.

O Plano da controlada tem como premissa econômica, dentre outras, a concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas, venda de ativos e aporte de recursos pelos acionistas.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido aos impactos relacionados à regularização da situação econômica e financeira da controlada e as incertezas quanto ao sucesso na implementação do Plano.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros, (i) leitura do Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juiz a fim de compreender os impactos nas demonstrações contábeis; (ii) reuniões periódicas com a Administração da Companhia e advogados para acompanhamento das ações planejadas para equacionar a situação econômica da Empresa e de notificações do Juíz e credores desencadeadas pelo pedido de Recuperação Judicial; (iii) cruzamento dos valores da Relação de Credores elaborada pela Administração incluída no Plano de Recuperação Judicial e submetida em juízo com os números divulgados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas; e (iv) avaliação quanto a preparação e divulgação efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação às regras aplicáveis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os eventuais efeitos contábeis produzidos pelo pedido de recuperação judicial, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Marcos Antonio Quintanilha
Contador - CRC - 1SP132776/O-3

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da **Brasiliana Participações S.A.** ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 7º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040, Barueri - SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, **Declaram** que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

Diretores

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores